

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 18 DE SETEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.088

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa  
MESA

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Júnior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Terças-feiras, às 9:00 horas

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
Terças-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Carlos Chiodini  
Quartas-feiras às 18:00 horas

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Edison Andrino  
Ismael dos Santos  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

### COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice-  
Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Terças-feiras, às 11:00 horas

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Genésio Goulart  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça ( Peninha)  
Professora Odete de Jesus  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 10:00 horas

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente  
Antônio Aguiar - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 08:00 horas

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Genésio Goulart  
Ismael dos Santos  
Carlos Chiodini  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 2088**  
**1ª EDIÇÃO - 06 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 080ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 16/09/2009.....2

**Atos da Mesa**

Ata da Presidência DI.....16  
Ata da Mesa DI.....16

**Publicações Diversas**

Ata da Procuradoria .....17  
Avisos de Licitação.....17  
Avisos de Resultado.....17  
Portarias.....18  
Projetos de Lei .....19

**PLENÁRIO**

# ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cirio Vandresen Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Relata sua viagem a Brasília para viabilizar recursos aos atingidos pelas intempéries.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Cumprimenta autoridades de Taió; elogia projeto de autoria do senador Raimundo Colombo; reporta-se à caravana que visitará as barragens do alto vale.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Parabeniza o senador Raimundo Colombo pelo projeto relativo aos prazos para defesa contra infrações de trânsito.

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** (aparte) - Culpa a burocracia e erros de encaminhamento pela demora na liberação de recursos federais para reconstrução de SC.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (aparte) - Sugere a utilização do potencial energético das barragens do alto vale.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Procede à leitura da apresentação do Almanaque do Servidor, da lavra do governador Luiz Henrique.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador Volnei Sandri e do secretário Moacir Oenning, de Taió.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Relata resultados da reunião que tratou da demarcação de terras indígenas em Santa Catarina.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (aparte) - Solidariza-se com a luta do deputado Nilson Gonçalves quanto às demarcações de terras indígenas.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Reporta-se à necessidade de cumprimento da Lei n. 14.124/2007; discorre sobre projeto de lei de sua autoria que defende o reconhecimento da liberdade de preferência sexual.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Cobra a recuperação do modal ferroviário em SC.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (aparte) - Recrimina o desmonte das ferrovias em favor da indústria de transportes terrestres.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (aparte) - Enfatiza a necessidade de baratear o escoamento da produção do estado e salienta o alto custo da construção ferroviária.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** (aparte) - Acusa as multinacionais revendedoras de pneus de ingerência no processo de sucateamento das ferrovias.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** - Critica a ALL por não realizar os investimentos necessários à manutenção da ferrovia; afirma que o transporte ferroviário contribuirá para a mobilidade urbana; expressa sua posição a favor da urgente duplicação da BR-280.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (aparte) - Lembra que já utilizou o trem de Mafra até São Francisco do Sul.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Retifica dados fornecidos em aparte; aborda o PL

0374/2009, de sua autoria, que dispõe sobre a frota de veículos leves do Poder Executivo de SC; pede pressa para a duplicação da BR-470.

**DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN** - Apresenta levantamento dos recursos enviados a SC em virtude das enchentes de novembro de 2008.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Reitera necessidade de implementar política de combate ao *bullying* nas escolas do estado.

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** - Lamenta a situação em São Francisco do Sul em função do desentendimento entre prefeito e vice.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Defende o prefeito de São Francisco do Sul, do PP.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Conclui seu pronunciamento sobre a demarcação de terras indígenas no estado; lamenta o falecimento do dr. Frederico José Rabe, em São Francisco do Sul.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Comunica a decisão do TJSC de cassar a liminar que excluiu a Vargem do Braço do PL aprovado pela Alesc que redefiniu o Parque da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Registra o falecimento de Pedro Molon, um dos sócios fundadores do grupo Sinuelo.

#### Ordem do Dia

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.316/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Comunica que se fará presente à palestra a ser proferida, em Criciúma, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

**DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN** - Discorre sobre a festa na diocese de Tubarão; aborda a piscicultura da região do vale do Braço do Norte.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Lamenta não ter podido comparecer à festa da diocese de Tubarão.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Padre Círio Vandresen na sua estada na Alesc.

**DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO** (pela ordem) - Comunica a presença dos vereadores João Ramazzo e Valdoir Chitolina, de Marema.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** - Apresenta decreto de 1943 que já previa medidas contra enchentes.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Ressalta a importância de tornar navegável novamente o rio Itajaí.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Propugna por nova legislação eleitoral mais clara e mais ágil; homenageia o jornal *Notícias do Dia*; elogia as administrações de João Castelo e Vanderlei Alexandre.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Lembra a participação do vereador Luiz Roberto Feubak no sucesso da administração de João Castelo.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Narra visita a Rio do Sul; discorre sobre providências tomadas pela comissão de Agricultura; manifesta satisfação pela recuperação do ex-prefeito Nilo Barni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos as Breves Comunicações.

A Presidência comunica que ontem o deputado Padre Pedro Baldissera, juntamente com uma comitiva catarinense, esteve representando esta Casa em uma audiência com o presidente Lula. S.Exa., juntamente com os demais deputados, foi importante para que os municípios do oeste possam ser rapidamente atendidos com recursos do governo federal. Reconhecemos a sua participação nesse trabalho.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, de fato, deputado Gelson Merísio, v.exa. lembra bem uma iniciativa da banca catarinense no Congresso Nacional, juntamente com vários parlamentares estaduais, além do governador Luiz Henrique. Estivemos em vários ministérios acompanhados dos prefeitos de todas as regiões atingidas pelo tornado, pelo vendaval ou pelas cheias, os prefeitos do extremo oeste, do oeste e do sul do nosso estado, fazendo um relato da situação. Uma comitiva muito grande se fez presente para apresentar um relatório minucioso sobre o que aconteceu com inúmeras famílias no estado de Santa Catarina.

Sem dúvida nenhuma, foi um dia bastante produtivo. Estivemos, logo no início da manhã, reunidos no ministério do Desenvolvimento Agrário com toda a comitiva discutindo e debatendo formas, maneiras, de atender de uma forma mais rápida os atingidos pelas intempéries que destruíram uma boa parte de diferentes regiões do nosso estado.

Saimos da audiência com o repasse garantido pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, na ordem de R\$ 75 milhões, dentro do programa Mais Alimentos, do governo federal, que possibilita linhas de crédito de até R\$ 100 mil para as famílias atingidas, tendo três anos de carência, dez anos para serem pagos, com 2% de juros. Uma linha de crédito extremamente importante, que vai facilitar enormemente a reconstrução daquilo que foi destruído em várias regiões de Santa Catarina.

Além dessa linha de crédito do ministério do Desenvolvimento Agrário, o ministro nos garantiu a imediata prorrogação dos prazos para o pagamento das dívidas dos nossos agricultores com o Pronaf Custeio, com o Pronaf Investimento. Algumas famílias obtiveram financiamento do Proger e, da mesma forma, o ministro concedeu a prorrogação de todas essas dívidas e àquelas em que o Proagro Mais Seguro estiver cobrindo automaticamente a anistia.

Saimos satisfeitos do ministério. Fomos, logo em seguida, ao ministério da Agricultura, para uma reunião com o ministro

Reinhold Stephanes, que prontamente se colocou à disposição, dentro dos diferentes programas da agricultura, no que poderia de imediato atender. O ministro também acolheu as nossas solicitações e colocou o ministério à disposição das prefeituras atingidas, como já falei, no sentido de buscar recursos para melhorar a patrulha mecanizada. Além disso, dentro do alcance do ministério da Agricultura, existe o entendimento pronto no que diz respeito à questão dos silos que armazenam as produções que foram destruídas.

Em seguida tivemos um ato que fugia um pouco da pauta, mas também de grande importância para Santa Catarina, que foi a sanção do presidente Lula à lei que criou a Universidade Federal da Fronteira Sul, com um *campus* em Chapecó, dois *campi* no Rio Grande do Sul e outros dois no Paraná. Foi um momento de grande emoção para todos nós que lá estávamos, eis que é a 11ª universidade que o presidente Lula cria em todo o território nacional. E temos mais três que até o final do mandato o presidente deixará criadas. Então, foi um momento extremamente importante e significativo, porque essa universidade atenderá toda a grande fronteira sul do nosso país.

Em seguida, estivemos reunidos também no ministério das Cidades dando continuidade à nossa pauta. O ministro Márcio Fortes atendeu a comitiva e colocou o ministério à disposição, no sentido de ver a possibilidade de viabilizar recursos na ordem de R\$ 20 mil para cada família que perdeu a sua residência, seja através de medida provisória ou da adaptação de alguns programas que o ministério já possui.

O ministro da Integração Nacional, por sua vez, já se havia comprometido com o governo do estado na liberação de R\$ 26 milhões. E aqui é interessante fazermos um parêntese, porque o desejo dos prefeitos atingidos é de que todos os recursos dos diferentes ministérios sejam diretamente repassados para os municípios, facilitando assim a sua aplicação. No entanto, o ministério da Integração Nacional fez a opção por repassar via estado, através da Defesa Civil.

Então, não sabemos quando esses recursos chegarão à ponta. Essa é a nossa preocupação e a preocupação dos prefeitos, porque as famílias perderam as suas residências, perderam tudo. Seria muito mais rápido e ágil o atendimento se houvesse o repasse direto para as prefeituras, porque o prefeito conhece a realidade, experienciou a realidade, vive na carne a dramaticidade e o problema daquelas famílias. Se esse repasse for feito via fundo estadual, não sabemos quando chegará lá na ponta, até porque o atraso tem sido grande no vale do Itajaí.

A Epagri, para nossa surpresa, não havia encaminhado os relatórios individuais para o ministério do Desenvolvimento Agrário. Os relatórios não haviam chegado de forma individual. Enviaram-nos de forma coletiva para o Banco do Brasil, mas no ministério ainda não haviam chegado, o que nos deixou até em uma situação de constrangimento.

Então, essa é a razão da morosidade da execução das ações lá na ponta.

Por isso, a nossa reivindicação no sentido de que os recursos sejam repassados diretamente para as prefeituras.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de passar a palavra ao segundo orador, deputado Jean Kuhlmann, registro a presença nesta Casa dos empresários Cláimar Mackenzie e Aloir Conte, da grande cidade de Xanxerê, deputado Nilson Gonçalves, muito bem conhecida por v.exa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero aqui inicialmente, de forma muito carinhosa, presidente em exercício, deputado Gelson Merísio, cumprimentar o ilustre vereador, e meu amigo, Volnei Sandri, do município de Taió, acompanhado da vereadora Lara Marisa Bonin, nossa presidente, que faz um grande trabalho naquela Casa mostrando realmente o jeito, deputado Professor Grandó, das mulheres de administrarem uma Câmara de Vereadores, de administrarem um município, mostrando que possuem acima de tudo muito zelo e muita competência quando fazem um trabalho com amor, com carinho, pela população catarinense. E lá em Taió esse trabalho feito pela vereadora Lara não é diferente como presidente do Legislativo municipal.

Também registro a presença do meu amigo Moacir Oenning, diretor da Câmara Municipal, responsável por coordenar o trabalho dos vereadores.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. usou a tribuna agora para falar sobre a questão da morosidade. E isso acontece em vários campos da administração pública, aliás, é exceção quando a administração pública não age com morosidade, porque a burocracia no campo público, deputado Ismael dos Santos, causa uma morosidade muito grande, e quem sofre com isso é a população mais carente, a população mais humilde.

Srs. deputados, recentemente li um projeto de lei do senador Raimundo Colombo, que está na comissão de Constituição e Justiça, Projeto n. 0403/2009. Esse projeto, deputado Padre Pedro Baldissera, propõe a alteração do prazo de recurso nas notificações de trânsito do Código Nacional de Trânsito e vai especificamente atender ao próprio motorista do setor público, por exemplo, quando ele não é o proprietário, mas dirige um veículo de terceiro, e recebe o anúncio de que foi multado quando já passou o prazo de recurso para fazer a sua defesa.

Então, quero aqui parabenizar o senador Raimundo Colombo por fazer um projeto que vai justamente ampliar o prazo de defesa, porque quando ampliamos o prazo de defesa estamos garantindo um princípio básico da Constituição, que é dar para cada cidadão o direito à ampla defesa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Eu quero juntar-me a v.exa., deputado Jean

Kuhlmann, e congratular-me com o senador Raimundo Colombo. Até lembro quando v.exa. atuava comigo na Câmara de Vereadores de Blumenau, quando em diferentes ocasiões tentamos projetos semelhantes a esse, mas que sempre barravam na questão de que a Câmara não possuía poderes para proposições como essa, mesmo em nível municipal, porque iria de encontro ao Código Nacional de Trânsito.

Acho que esse projeto agora, em nível de Senado, tem todas as possibilidades de ser aprovado, para de fato contribuir com a defesa do cidadão, o que é, sem dúvida alguma, uma das missões, um dos papéis do parlamentar, sobretudo no Senado.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Exatamente, deputado Ismael dos Santos, a grande importância do projeto não está efetivamente em fazer com que os cidadãos não paguem multa. Não é isso. Não é esse o objetivo. O objetivo é dar ao cidadão mais tempo de fazer a sua defesa, mais condições sendo um veículo alugado, um veículo da administração pública, porque, como falei anteriormente, muitas vezes na hora em que a notificação chega à mesa da pessoa ou nas mãos da pessoa já passou o prazo para fazer a defesa. Então, ampliar esse prazo de defesa para 90 dias é garantir o direito do cidadão, é garantir-lhe o direito à ampla defesa.

Deputado Padre Pedro Baldissera, espero do fundo do meu coração que o presidente Lula não vá para o oeste fazer o que ele fez no vale do Itajaí: chegar lá, abraçar uma criança, colocá-la no colo e dizer que não vai faltar dinheiro. Ele foi lá e abraçou uma criança, srs. parlamentares, dizendo que não iria faltar dinheiro.

Entretanto, aquele mesmo cidadão que carregou a criança no colo, que abraçou aquela criança, cortou as emendas dos nossos parlamentares que destinavam recursos para a prevenção de desastres causados por catástrofes naturais: dos R\$ 50 milhões previstos, passou o valor do recurso para zero. Ou seja, o dinheiro que os nossos parlamentares colocaram no Orçamento para a prevenção de enchentes, de cheias, o governo federal cortou de R\$ 50 milhões para zero.

Sabe por que falo isso, deputado Padre Pedro Baldissera? A minha preocupação é porque justamente amanhã estaremos - e aproveito para convidar todos os deputados - fazendo uma visita às barragens do alto vale, nos municípios de Taió, Ituporanga e José Boiteux, para verificar a situação e a necessidade de mais recursos.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Deputado Jean Kuhlmann, estivemos ontem no ministério do Desenvolvimento Agrário, de onde o governador Luiz Henrique da Silveira pegou o telefone e ligou para o presidente da Epagri pedindo esclarecimentos, porque até aquele momento o MDA não havia recebido, da Epagri e da Cidasc, os relatórios individuais relacionados ao vale do Itajaí. Na verdade, o relatório geral e os relatórios individuais haviam sido encaminhados para o Banco do

Brasil. Houve uma falha no encaminhamento e eles não haviam chegado ao ministério.

Portanto, sabemos que por causa da burocracia, que não é de ontem nem de hoje, já vem impedindo o bom curso da administração pública ao longo da história do estado, esses recursos não foram viabilizados e aplicados.

Além dos relatórios, deputado, houve outro problema, ou seja, a palavra "prevenção". Prevenção é para prevenir, não é para reconstruir. Reconstruir! Ou seja, houve um erro na confecção dos projetos!

Existe o reconhecimento de toda a bancada catarinense de que, à época, houve muitos equívocos nos encaminhamentos. Então, que a experiência do vale do Itajaí sirva de exemplo para que realmente não ocorram os mesmos erros na região oeste ou em encaminhamentos futuros.

Esperamos que de fato os recursos venham o quanto antes, porque é lá na ponta que as nossas famílias estão sentindo na pele e na carne a dificuldade.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Padre Pedro Baldissera, concordo que pode até haver equívoco. Concordo que pode haver erro burocrático. Entendo que o sistema é um sistema falho não deste governo, mas da história da construção deste país, de todos os governos que passaram por este país. O problema burocrático é muito sério, é um câncer na administração pública. Agora, nunca vou aceitar e não consigo admitir que um corte de recursos, na área de prevenção, seja de R\$ 50 milhões para zero. De R\$ 50 milhões para zero! E é por isso que quero convidar todos os parlamentares, principalmente os do vale do Itajaí, para participarem amanhã da caravana que visitará as barragens do alto vale. Como eu falei anteriormente, visitando as barragens sul, norte e oeste, as barragens de Taió, de Ituporanga e de José Boiteux, quero - e acredito que os demais parlamentares também querem isto - ver de perto como está a situação.

Quando tivemos a oportunidade de estar à frente da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, conseguimos fazer uma pequena reforma, a recuperação das três barragens, protegendo, assim, mais de um milhão de habitantes do vale do Itajaí, mas sabemos que há ainda muita coisa para ser feita.

O Deinfra vem dizendo que está preparando o sistema de monitoramento mais moderno do país, entre todas as barragens existentes no Brasil. Eu gostaria de ver isso de perto, acompanhar, olhar, e na semana que vem, srs. parlamentares, trazer a esta tribuna o quanto deveria ser investido desses R\$ 50 milhões naquelas barragens para fazer um sistema mais avançado ainda, para fazer um sistema em que a barragem possa ser acionada sem a mão humana, mas via satélite, que é o grande objetivo do Deinfra e das outras instituições.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Deputado, trata-se do sistema japonês que,

inclusive, está auxiliando na região e que nós conhecemos.

Mas eu gostaria de sugerir a v.exa. que a potencialidade dessas barragens fosse aproveitada, reformada e até ampliada, a fim de gerar energia elétrica. Na verdade, elas foram construídas em outra época, e que bom seria se pudéssemos aproveitá-las para gerar energia elétrica também, além da função de prevenir as enchentes.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Por isso, deputado Professor Grandó, eu queria convidar todos os parlamentares para estarem amanhã, às 9h, em Taió, às 13h30, em Ituporanga e às 14h, em José Boiteux, para verem a realidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, por até dez minutos, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício desta Casa, deputado Gelson Merísio, srs. deputados, sras. deputadas e sociedade catarinense, venho a esta tribuna, hoje, para trazer as palavras do governador Luiz Henrique da Silveira que estão no *Almanaque do Servidor*. Gostaria de ler a apresentação, em que ele fala do ser humano, do servidor público.

(Passa a ler.)

"Apresentação

Há num paradoxo presente nas atitudes de quase todos os seres humanos.

Têm pressa para crescer e, depois, suspiram de saudades da infância.

Perdem a saúde para ter dinheiro e, mais tarde, perdem dinheiro para ter saúde.

Pensam tão ansiosamente no futuro que descuidam do presente.

Vivem como se nunca fossem morrer e morrem como se não tivessem vivido.

Praticamente tudo o que ocorre em nossa vida é, simplesmente, reflexo das nossas ações. Ações que são comandadas pelo nosso cérebro, o que nos permite avançar um pouco mais e dizer que somos o resultado daquilo que pensamos.

Às vezes, uma pequena e simples parábola ensina mais do que mil discursos:

Pai e filho caminhavam por uma montanha quando, de repente, o filho cai, se machuca e grita: - Ai!

Para surpresa, escuta uma voz repetindo seu grito em algum lugar da montanha: - Ai!!!

Curioso, o menino pergunta: - Quem é você?

E ouve uma resposta: - Quem é você???

Irritado, ele grita: - SEU COVARDE!

E escuta como resposta: - SEU COVARDE!!!

O menino olha para o pai e pergunta, aflito: - O que é isso?

O pai sorri e fala: - Meu filho, preste a atenção!

Então o pai grita em direção à montanha: - EU ADMIRO VOCÊ!

A voz responde: - EU ADMIRO VOCÊ!!!

De novo, o homem grita: - VOC

É UM CAMPEÃO!

A voz responde: - VOCÊ É UM CAMPEÃO!!!

O menino fica espantado. Não entende.

O pai explica: - As pessoas chamam isso de eco, mas, na verdade, isso é a vida. A vida lhe dá de volta tudo o que você diz, tudo o que você pensa, tudo o que você faz, de bem ou de mal.

Com esse belo trabalho, idealizado e realizado pela dra. Iara Pinós, com apurado rigor técnico e a necessária abrangência, nossos servidores poderão aprender a superar as mais variadas causas daquele paradoxo que faz com que a larga maioria das pessoas descuide de seu corpo, de sua mente, de sua vida e de seu futuro.

Leia, aprenda e pratique. Seja você também um campeão!

(a) Luiz Henrique da Silveira Governador do Estado de Santa Catarina" [sic]

Era isso o que eu tinha a dizer, sociedade catarinense!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de anunciar a presença do vereador Volnei Sandri, do município de Taió, bem como do secretário municipal Moacir Oenning, também de Taió.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o deputado Nilson Gonçalves, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar estes dez minutos para deixar registrada na Casa uma reunião realizada, na segunda-feira que passou, no plenarinho da Assembleia Legislativa, para tratar da questão da demarcação de terras indígenas em Santa Catarina. Essa reunião, fruto de outra reunião que ocorreu em Brasília com os deputados federais, foi convocada para que nós pudéssemos ter aqui a presença do maior número de deputados estaduais e não só os membros da comissão permanente e os senadores, deputados federais, prefeitos, vereadores e pessoas envolvidas com o problema da demarcação de terras indígenas.

Pois bem, tivemos a presença do senador Neuto De Conto; dos deputados estaduais Marcos Vieira, Professor Grandó, Nilson Gonçalves, Darci de Matos, Kennedy Nunes, Moacir Sopelsa, Antônio Aguiar, Dirceu Dresch, Renato Hinnig e Jailson Lima; da deputada Ada De Luca; da deputada federal Angela Amin; dos deputados federais Gervásio Silva, Valdir Colatto, Cláudio Vignatti, José Carlos Vieira e Edinho Bez. Esses foram os parlamentares que participaram daquela reunião que tratou da questão da demarcação de terras indígenas em Santa Catarina.

Essa questão, sr. presidente, não está apenas restrita ao norte do estado. O fórum permanente que criamos deveria tratar das quatro áreas que, possivelmente,

deverão ser demarcadas pelo governo federal como áreas indígenas no norte do estado. Mas, no andar da carruagem, o fórum acabou tomando proporções que nos remeteram ao problema em nível estadual. E por ser um problema estadualizado, evidentemente que tivemos também a presença de prefeitos de várias localidades do estado, entre eles os da nossa região; de vereadores de várias localidades do estado, entre eles os da nossa região; de presidentes de associações formadas para defender os seus direitos.

Enfim, foi uma reunião extremamente produtiva, objetiva e bem condensada, eu diria, porque tratamos de um assunto seriíssimo, que é o direito à propriedade, e deliberamos muitas coisas. Não foi uma dessas reuniões em que cada um fala, diz, desaba e depois todo mundo bate palmas e vai embora. Foi uma reunião de trabalho em que as pessoas expuseram as suas tristezas, angústias, os parlamentares sugeriram alternativas para o problema e, no final, extraiu-se o próximo passo a ser dado.

Foi isto o que fizemos na segunda-feira: extrairmos, de toda aquela conversa, os próximos passos a serem dados pelo fórum permanente, agora também com os deputados federais engajados no problema.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Nilson Gonçalves, gostaria de parabenizar v.exa., que formou esse fórum para fazer com que o direito dos catarinenses à propriedade seja preservado.

Esperamos que o governo federal, através de todas as autoridades que compareceram a essa grande audiência pública, realmente tome as decisões que lhe cabem e que tenhamos a sociedade catarinense protegida no seu direito de propriedade.

Parabéns, deputado Nilson Gonçalves!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, v. exa. que, inclusive, é membro do Fórum de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte e Nordeste de Santa Catarina. Obrigado pela sua presença também lá na segunda-feira.

Eu vou citar duas coisas aqui antes de passar a v.exas. o que ficou definido naquela reunião. A primeira delas é para as pessoas que são um pouco leigas em relação a essa questão tão séria do direito sagrado à propriedade, para que elas saibam do direito sagrado de o indígena ter a sua terra demarcada.

Está previsto na Constituição de 1988 o direito sagrado do índio. Mas é a seguinte a redação do texto constitucional, no inciso I do art. 231 - e prestem bem atenção, porque talvez não conheçam bem o problema:

(Passa a ler.)

"Art. 231. [...]

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos

ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”[sic]

Está claro. Houve quem dissesse que não houve uma discussão mais profunda quando da elaboração da Carta Magna e por isso está dando esse problema. A Constituição é clara! Ela mostra *ipsis verbis*, letra por letra, o direito sagrado do índio e o direito sagrado do proprietário de terra! Terras indígenas são aquelas que são tradicionalmente habitadas por índios, não as tradicionalmente habitadas pelos proprietários que compraram com o seu rico dinheirinho as suas propriedades. E agora alguém, com a inteligência sabe Deus de onde, faz uma demarcação via satélite, só pode ser, e diz: “Por aqui passaram os índios guaranis mbyá”. Antropólogos fazem estudos e afirmam que por lá passaram índios da tribo guarani mbyá. Aí estudam e chegam à conclusão de que em mil novecentos e sabe Deus lá quantos passaram por lá esses índios, e decidem, então, demarcar. Aí fazem uma demarcação, avançam pelas tradicionais propriedades particulares que estão registradas em cartório, marcam e dizem que são terras indígenas.

Srs. deputados, no norte está faltando homologar apenas mais uma área! Depois só falta o decreto do presidente da República para que os seus legítimos proprietários caiam fora! Essa é a grande verdade!

Eu tenho aqui um relato do padre Luiz Fachinni, um defensor árduo da demarcação de terras indígenas, um defensor árduo do direito dos índios. Infelizmente, não vou poder continuar na tribuna porque o meu tempo está-se esgotando. Se o partido me permitir, eu continuarei esse assunto, que é tão importante, no horário dos Partidos Políticos, a partir das 15h, para terminar esse relato que estou fazendo, sr. presidente, que é importante.

Além disso, quero que fiquem registrados na Casa, inclusive, os próximos passos que serão dados em relação a uma solução para esse problema tão angustiante para proprietários legítimos de terras em Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grando, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, com a aproximação das festas de outubro que tanto engrandecem Santa Catarina e que se tornaram conhecidas em todo o país, reafirmo, mais uma vez nesta Casa, junto aos prefeitos, junto aos organizadores, que procurem fazer uma festa limpa, anulando a emissão de dióxido de carbono, que é o principal agente causador da variabilidade da temperatura, das mudanças climáticas.

Há uma lei, de autoria deste deputado, a Lei n. 14.124, de 17 de outubro de 2007, que foi sancionada pelo sr. governador, que gostaríamos de ver cumprida pelos prefeitos, pelos presidentes

de Câmaras Municipais e pelos secretários de Turismo, a fim de que se dê um destaque maior a essas festas, um destaque maior à consciência de Santa Catarina quanto à proteção do meio ambiente.

Na Festa Nacional do Pinhão foi dado o exemplo, porque estivemos lá ajudando no plantio de muitas das 1.200 araucárias que foram plantadas na cidade de Lages. Essa é uma maneira simples de compensar a emissão de dióxido de carbono na atmosfera.

Na lei a que me referi existe uma tabela bem clara. Vejam que devem participar dessas festas 100 mil, 200 mil ou 300 mil pessoas. Todas aquelas que se deslocam de carro percorrem, muitas vezes, grandes distâncias e os seus carros emitem dióxido de carbono pela queima de combustível fóssil. Sabemos que se pode compensar isso, basta plantar um determinado número de árvores uma vez. A prefeitura não precisa gastar, ela pode ceder uma praça, um terreno, enfim, localidades que precisam ser arborizadas. Mais do que isso, os promotores podem contratar uma ONG que cuide do meio ambiente, que plante árvores, porque as árvores têm que ser plantadas de forma correta para crescerem e serem realmente sustentáveis. Essa é uma forma de fazer as coisas de maneira solidária.

Fica aqui, mais uma vez, o nosso apelo, notadamente aos deputados da região de descendência alemã, o vale do Itajaí, deputados Giancarlo Tomelin, Jean Kuhlmann e Ismael dos Santos, que ao falarem com seus prefeitos peçam que exijam dos organizadores das festas o plantio de árvores, até como forma de sustentabilidade.

Então, mais uma vez, faltando cerca de 20 dias para as festas de outubro, fazemos esse apelo aos organizadores dessas festas, para que cada prefeito, cada presidente de Câmara Municipal faça a sua parte. E nós estaremos disponíveis para incentivar a aplicação da lei, que foi aprovada pelos 40 srs. deputados e sancionada pelo sr. governador.

É uma lei pioneira, que serve de exemplo: Santa Catarina é o primeiro estado que adota o carbono zero para suas atividades, para suas manifestações. Podemos mostrar, através das festas de outubro, que é possível, sim, festejar de forma limpa. Portanto, fica aqui, mais uma vez, o nosso apelo.

Srs. presidente, assomo à tribuna hoje para dizer que estou dando entrada nesta Casa a um projeto de lei, que já recebeu um número e vai começar a tramitar, que dispõe sobre a promoção e o reconhecimento da liberdade de orientação, de prática, de manifestação e de identidade na questão sexual e adota outras providências, evitando qualquer discriminação. O nosso projeto se baseia em matéria idêntica já aprovada na Câmara Municipal de Florianópolis, a capital de todos os catarinenses.

Gostaria de dizer que pretendo levar essa idéia para todo o estado; gostaria de dizer também que apreciaria se os srs. deputados apresentassem emendas que melhorassem o projeto. Essa é uma conquista da nossa sociedade, na busca da sua liberdade.

Então, deixando bastante claro, a justificativa dessa lei diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“A realidade que cerca a população de lésbicas gays, travestis, transexuais e bissexuais (LGTTB) no estado de Santa Catarina, bem como em nosso país, ainda carrega marcas profundas de preconceito e discriminação contra esse segmento de nossa sociedade.”

Nós somos contra qualquer tipo de discriminação porque é atávica, não há justificativa para isso numa sociedade moderna.

(Continua lendo.)

“A luta das organizações do movimento LGTTB no Brasil e em nosso estado tem produzido alguns avanços, mas ainda falta muito para que de fato tenhamos superado essa herança, ao mesmo tempo em que eventos como a Parada do Orgulho GLBT, de São Paulo, reúne mais de um milhão de pessoas, como ocorreu também na Parada da Diversidade, na capital.”

No ano passado o lema da parada na capital era: “Nem mais, nem menos, queremos ser iguais”. O lema deste ano foi: “Eu aceito. Eu respeito”. Os dois temas chamam a atenção de todas as famílias para a quebra do preconceito.

Gostaria de dizer que se trata de uma bandeira de luta do nosso partido, o PPS, combater toda e qualquer discriminação contra o negro, o indígena, a mulher, o mais pobre, enfim, contra aqueles que têm a opção e a liberdade de escolher sua orientação sexual e sua organização. Nós, do PPS, sabemos que essa é uma luta que deve ser travada culturalmente, através da conscientização das pessoas, porque de nada adianta aprovarmos leis e depois não cumprirmos porque não estamos suficientemente conscientizados.

Quero dizer que o nosso movimento está debatendo as propostas de ações governamentais que possam produzir uma alteração nesse quadro, em nosso estado. Isso não tem sido diferente, basta observarmos as discussões das conferências estaduais dos direitos humanos. Essa luta é fundamental, importante para o nosso projeto de lei, que visa engrandecer o nosso estado, que é composto de várias etnias, um estado que é a melhor referência no setor de turismo e de integração com outros países e com outros estados.

Quero que fique registrado nos anais desta Casa que esta nossa proposição partiu da proposta do vereador Tiago Silva, do nosso partido em Florianópolis, que substitui o nosso grande vereador Badeco. O projeto foi apresentado e aprovado na Câmara de Vereadores da capital do nosso estado, contribuindo assim para a plena efetivação de uma legislação que pune os atuais comportamentos discriminatórios e preconceituosos.

Portanto, nada mais estamos fazendo do que trazer essa lei para o âmbito estadual, já que ela existe na capital do nosso estado. Estaremos cumprindo o nosso dever posicionando-nos partidariamente nessa luta que está sendo travada, que beneficia e que faz com que a sociedade seja mais tolerante e com uma visão cultural mais abrangente.

Gostaria de parabenizar o vereador Tiago Silva pela iniciativa exitosa.

Esperamos que esta Casa também se manifeste favoravelmente. Deixamos bastante claro que ao nosso projeto podem ser apresentadas emendas, pois ele pode ser aperfeiçoado através de audiências públicas e de outras manifestações.

Quero convidar todos para o debate porque se trata, conforme falei, de uma questão de direitos humanos e não vamos abster-nos de lutar contra quaisquer preconceitos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservados aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria mais uma vez de saudar o presidente, em exercício, Gelson Merísio, os srs. deputados e as sras. deputadas.

(Passa a ler.)

"Hoje se realiza, em Brasília, um importante evento sobre ferrovias. E nós, que estamos aqui na Assembleia Legislativa, queremos defender a ferrovia que vai de Marcelino Ramos até São Francisco do Sul, passando por Videira, Caçador, Porto União, Canoinhas, Mafra, Jaraguá do Sul e Corupá. Queremos defender essa ferrovia porque a ALL foi injusta com esse trecho ferroviário.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho de Mello, e outros parlamentares estão em Brasília para um contato com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, com o objetivo de manifestar a expectativa da sociedade catarinense em relação à construção da Ferrovia Litorânea, um projeto almejado há muito, que agora começa a ganhar força.

O governo federal promete desenvolver o projeto dessa ferrovia nos próximos nove meses, através do DNIT, e pretende iniciar as obras no segundo semestre do próximo ano. Vejam que é um projeto ousado, que visa integrar os portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba. Com a construção de um trecho de 236km e sendo a primeira ferrovia nova em Santa Catarina depois de décadas, o modal ferroviário poderá saltar de 8% da capacidade de cargas transportadas em nosso estado para 25%, ou seja, poderá triplicar sua capacidade.

É um projeto ousado, com prazo de conclusão para oito anos. A valorização desse projeto é fundamental, porque a Ferrovia Litorânea deverá integrar a malha ferroviária já existente. No sul, a partir de Imbituba, irá conectar a Estrada de Ferro Tereza Cristina, cujos 164km fazem a ligação com as regiões de Criciúma, onde é preciso escoar toda mineração de carvão e as cargas do segmento cerâmico. Já no norte, a Ferrovia Litorânea irá conectar com o ramal hoje administrado pela América Latina Logística, que vai do porto de São Francisco do Sul para Jaraguá do Sul, sobe a serra rumo a São Bento do Sul e dali segue em direção a Mafra, Canoinhas, Porto União e termina em Marcelino Ramos, no estado do Rio Grande do Sul.

Mafra, catarinenses que conhecem a história das nossas ferrovias, sempre foi

um importante entroncamento ferroviário. Ali o ramal que desce para o litoral se encontra com a antiga Ferrovia São Paulo/Rio Grande, também administrada pela ALL, um eixo histórico e de grande importância desde os tempos da Rede Ferroviária Federal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre deputado, o desmonte das ferrovias em nosso país, não sei se v.exa. lembra, deu-se na época da ditadura. V.Exas. se lembram do ministro Mário Andreazza? O desmonte das ferrovias começou ali. Eram as grandes transportadoras fazendo *lobbies* junto a ministros e foram, aos poucos, conseguindo desmontar a rede ferroviária que tínhamos neste país.

Antigamente, deputado, não sei se v.exa. se lembra, ser ferroviário era motivo de orgulho. Eu tive amigos que eram de famílias de ferroviários e eu tinha orgulho de ser amigo da família. Havia o manobrista, o guarda-freios... Ou seja, havia uma cultura neste país, que foi desmontada. E o transporte de carga passou a ser feito praticamente por meio das rodovias do Brasil. Com isso, aumentou o custo dos alimentos, aumentaram as despesas e a buroqueira se espalhou pelo Brasil afora.

Estava escutando atentamente o pronunciamento de v.exa. e quero entrar de cabeça nisso, porque quando falam da minha região, São Francisco, Mafra, Canoinhas, estou junto e muito entusiasmado.

Parece-me que há, hoje, uma comitiva em Brasília tratando desse assunto. E quero realmente entrar de cabeça na questão, quero saber mais sobre o assunto e v.exa. está com um chumaço de papel nas mãos do qual gostaria de ter uma cópia, porque acho que haverá a redenção do transporte em Santa Catarina, a partir do momento em que levarem a sério o transporte ferroviário.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Realmente, hoje os líderes partidários, juntamente com o presidente desta Casa, estão em Brasília para tratar da estrada de ferro litorânea, que ligará todos os portos.

Nós vivemos num mundo globalizado. O escoamento da produção deve ser barateado e uma das formas de se conseguir isso é ter boa infraestrutura seja no embarque portuário, seja nas estradas. É a estrada de ferro é uma forma, porque nós exportamos cerâmicas e tantos outros produtos e disputamos em qualidade com grandes países como a Itália e a China, mas para chegar aos portos existe uma despesa muito grande.

É bom lembrar, contudo, que estrada de ferro não é uma construção barata, pois não pode haver subidas nem curvas fechadas e tem que haver um cuidado especial no projeto. É, pois, uma obra mais cara do que a rodoviária.

Falo isso porque meu pai era feitor de túnel na estrada de ferro que passa por

Lages, no principal tronco sul, e trabalhou também na região de Bento Gonçalves. Então, criei-me, realmente, na construção de estradas de ferro, por isso conheço bem. Meu pai não foi ferroviário, mas trabalhou na construção de estradas de ferro.

O que v.exa. está colocando é muito importante e fundamental para o nosso desenvolvimento, ou seja, trabalhar com a integração entre a parte rodoviária, a ferroviária e com a grande potencialidade de Santa Catarina para o transporte fluvial e marítimo. Temos rios que até 1936, como falei ontem, eram navegáveis até Blumenau. Imaginem poder navegar até Blumenau com tecnologia, com navios com 60cm de calado que podem transportar carga. Assim também os rios Tubarão e Araranguá. Temos que procurar ajuda através das secretarias de Desenvolvimento Regional, das nossas universidades e da iniciativa privada.

Vivemos numa ilha e sequer temos a possibilidade navegar em sua volta! Querem cidade com melhor referência para ter transporte marítimo do que Florianópolis?! O transporte aqui vai sair e temos certeza de que se irá complementar com o transporte ferroviário.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de dizer que a ligação Mafra/Canoinhas/Porto União/ Caçador/Videira/Herval d'Oeste/Piratuba/Marcelino Ramos é muito importante.

Como relatei ao deputado Nilson Gonçalves, sou filho de ferroviário e sei o quanto foi importante para as regiões do planalto norte, do meio-oeste e, por que não dizer, para toda Santa Catarina, a ativação daquele ramal ferroviário. Por ali se desenvolveu a agroindústria através da Perdigão, da Sadia e de outras grandes empresas genuinamente catarinenses.

Como disse, aquele ramal ferroviário está praticamente desativado, esquecido, mas é estratégico. Quem é o atual culpado pelo esquecimento do ramal? É a América Latina Logística - ALL - a responsável, sim, pelo esquecimento das nossas ferrovias, principalmente, a antiga ferrovia do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Muito se fala na ferrovia do frango, ramal que partiria de Herval d'Oeste para Chapecó e talvez outras deliberações estratégicas. Se quisermos levar adiante esse projeto também é hora de recuperar a malha já existente, que vai de Mafra até Piratuba e depois até Marcelino Ramos, já no Rio Grande do Sul. Se fizermos essa ligação funcionar vamos não só escoar a produção de carnes dos nossos frigoríficos, mas também a safra do noroeste do Rio Grande do Sul e a produção agrícola de toda a região no entorno da ferrovia."

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Nobre deputado, quero apenas registrar a importância do seu discurso. Estive recentemente na sua região, mais especificamente em Matos Costa, onde há uma antiga estação de trem completamente

abandonada. V.Exa. deve conhecer muito bem. Fiquei saudosista e até entristecido em ver aquela estação abandonada, o mato tomando conta da ferrovia.

É claro que sabemos que no Brasil o desmonte das ferrovias deu-se graças a uma ingerência das multinacionais de pneus que aqui queriam vender seus produtos.

Mas apenas para concluir, sr. deputado, e adicionar ao seu discurso, enquanto o transporte aéreo tem um custo médio de R\$ 20,00 por quilômetro, o transporte rodoviário custa R\$ 10,00, e o transporte ferroviário custa apenas R\$ 2,00. Então, podemos e devemos resgatar com urgência as ferrovias no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o aparte de v.exa., deputado.

Gostaria de encerrar o meu discurso dizendo que as nossas ferrovias foram vilipendiadas pela ALL. Queremos a força do governo federal, queremos que o presidente Lula olhe a história do norte catarinense e recupere a ferrovia!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ocupará o tempo restante destinado ao PMDB o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sra. presidente, srs. deputados, o pronunciamento do deputado Antônio Aguiar foi pertinente, pois abordou a questão da infraestrutura, mais precisamente do modal ferroviário. O deputado citou especificamente a ferrovia que vem do porto de São Francisco do Sul, passa pelo vale do Itapocu, por Jaraguá do Sul, que é a minha cidade, e chega ao planalto norte. Essa ferrovia foi concedida há alguns anos à América Latina Logística, e essa empresa, como reforçou o deputado Antônio Aguiar, infelizmente, não tem feito os investimentos necessários à manutenção e ao bom andamento desse modal ferroviário.

Tive a oportunidade de, por dois anos, ser diretor do porto de São Francisco do Sul e sei da importância desse modal para o futuro do transporte no Brasil e a forma como vem decaindo sua representatividade. Aquela região em especial, uma das regiões mais pujantes do estado de Santa Catarina e, por que não dizer, do Brasil, seja na questão industrial ou logística, sofre seriamente, deputado Professor Grando, com os gargalos da infraestrutura. E isso ocasiona um aumento muito significativo do custo Brasil.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Sr. deputado, gostaria apenas de lembrar que em 1968 eu peguei esse trem em Mafra e desci em São Francisco do Sul.

Quando fui presidente da Fatma, realizamos uma audiência pública - v.exa. trabalhou no porto de São Francisco do Sul e fez um belo trabalho -, e foi feito o desvio daqueles trilhos que passavam por dentro da cidade de São Francisco do Sul, para passarem por fora e atender a demanda do porto, inclusive aproveitando aquela parte dos trilhos para urbanizar a cidade, para dar melhores condições de urbanidade.

É um projeto bonito e v.exa. falou muito bem do modal, o novo sistema que temos que integrar.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Quanto à questão da rodovia, vários assuntos são pertinentes àquele trecho da BR-280, a novela da BR-280.

Há pouco eu falava com o deputado Nilson Gonçalves, que é um guerreiro no sentido da duplicação e que acompanha de perto os trabalhos dessa obra. Eu estou fazendo um estudo, já recebi do jornal *Correio do Povo*, de Jaraguá do Sul, que capitaneia um movimento em prol da duplicação da BR-280, um histórico a respeito dessa obra, que traz um cronograma desde 2004 quando foram prometidos os projetos, realizadas as reuniões com a sociedade organizada, com os empresários, com os líderes comunitários da nossa região que clamam por segurança às margens da BR-280, a mesma BR que é cortada pela ferrovia e onde foram iniciadas as obras de transposição e nova locação do registro.

Mas eu gostaria de colocar que vamos fazer um trabalho forte e pujante na busca de resultados para a duplicação da BR-280.

Tenho visitado todos os municípios daquela região e sei que essa é uma questão necessária aos empresários e à população em geral, como eu coloquei, em função da segurança e da mobilidade urbana nos trechos onde a BR corta o perímetro urbano das cidades, a exemplo de Jaraguá do Sul, Guarimirim e São Francisco do Sul.

Eu, que todo dia fazia esse trajeto de 80km, via a quantidade de riquezas que por ali passavam, deputado Padre Círio Vandresen, rumo ao porto de São Francisco do Sul, completando esse canal logístico tão importante para o estado de Santa Catarina.

Tenho o entendimento de que com a junção de forças, com a cobrança, com a cooperação, sem procurar os culpados, mas buscando uma solução o mais rápido possível, conseguiremos a tão sonhada duplicação da BR-280.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente e srs. deputados, quero apenas retificar a intervenção que fiz em aparte sobre o preço do quilômetro rodado na questão do transporte.

O deputado Professor Grando falava com muita propriedade sobre o transporte fluvial. De fato, segundo as estatísticas que eu tenho em mãos, o quilômetro rodado do transporte aéreo custa R\$ 27,00; do transporte rodoviário custa R\$ 7,80, e do transporte ferroviário custa R\$ 2,30. E aí v.exa. tem razão quando fala também da importância do transporte fluvial, que custa R\$ 0,07 o quilômetro.

Então, vejamos o distanciamento do preço do transporte fluvial para o transporte aéreo e o desperdício que às vezes cometemos nessa questão logística. Muito oportuna essa intervenção da Assembleia

Legislativa, hoje presente em Brasília, na busca da plena efetivação do transporte ferroviário no estado de Santa Catarina. Em todas as regiões está presente a questão do transporte ferroviário.

Sra. presidente e srs. deputados, estamos dando entrada hoje no Projeto de Lei n. 0374/2009, que dispõe sobre a frota de veículos leves do Poder Executivo do estado de Santa Catarina.

Temos uma grande preocupação com a questão ecológica e por isso já apresentamos outros projetos de lei, como o projeto do óleo de cozinha descartável e a obrigatoriedade que estabelecimentos que comercializem acima de 500 litros de óleo de cozinha tenham um posto de coleta. Esse projeto deve ser aprovado nos próximos dias neste Parlamento, pois já passou praticamente por todas as comissões. Também tivemos participação no que diz respeito ao aproveitamento do descarte do couro, transformando-o em adubo, como acontece em algumas empresas no sul do estado. Estivemos intensamente envolvidos no processo de liberação das licenças ambientais para esse projeto, que temos como extremamente importante para a economia catarinense.

Agora, este novo projeto vem no mesmo viés, na mesma esteira da questão ecológica. E a nossa proposta é de que a frota oficial de veículos leves do Poder Executivo deva ser composta, prioritariamente, por unidades movidas a combustível proveniente de fonte renovável ou com tecnologia flex, como se diz no linguajar automobilístico. Nós estamos propondo que na locação de veículos leves para uso oficial do Poder Executivo somente sejam utilizadas unidades movidas a combustível de fonte renovável ou com tecnologia flex.

De fato, já fizemos uma solicitação à secretaria da Fazenda para saber, através da secretaria da Administração, quantos veículos são movidos por combustível de fonte renovável. Sabemos que há um gasto estimado em R\$ 3,5 milhões no que diz respeito ao combustível da frota oficial no estado de Santa Catarina e entendemos que não só pela perspectiva econômica, mas, sobretudo, pela perspectiva ecológica trata-se de um projeto bem-vindo e esperamos que encontre acolhida nesta Casa.

Por fim, sra. presidente e srs. deputados, eu gostaria mais uma vez de fazer a minha intervenção com relação à BR-470. Os meios de comunicação lançaram recentemente uma campanha relativa ao estudo do impacto ambiental, que era para ter ocorrido no último mês de agosto. Foi protelada essa licença para a execução da obra para o próximo mês de novembro. Nós entendemos que não só os meios de comunicação, mas que este Parlamento e a sociedade tenham que pressionar os órgãos ambientais para que essa licença efetivamente seja concedida e para que possamos dar andamento ao projeto de duplicação da BR-470.

Diga-se de passagem, que o ministro Alfredo Nascimento esteve no ano passado em Santa Catarina lançando o edital para a duplicação dessa BR de Navegantes até Indaial, com a promessa de conclusão para 2010. Nós sabemos que isso é utópico, não é possível, mas é



preciso que se acelerem os processos da licença ambiental, colocando como prioridade para a área de infraestrutura de Santa Catarina a duplicação da BR-470. Sabemos que a BR-470 foi projetada para cerca de dez mil veículos por dia, mas hoje trafegam por lá mais de 25 mil veículos/dia, às vezes chegando ao mesmo patamar da própria BR-101. Na BR-470, que hoje se tornou um gargalho, passam quase 40% da economia catarinense.

Mas o mais grave, sra. presidente, é a questão da segurança. As estatísticas demonstram que nos últimos nove anos ocorreram 917 mortes, o que dá uma média de 100 vítimas fatais por ano.

Por tudo isso a nossa preocupação e a nossa cobrança do governo federal, para que o Ibama libere a licença ambiental para a execução da obra, que, como disse, está prevista para o próximo mês de novembro.

Esse é o nosso apelo nesta tarde, sra. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Cirio Vandresen, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Boa-tarde, sra. presidente, deputada Ada De Luca, boa-tarde aos demais deputados aqui presentes.

Gostaria, neste momento, de aproveitar o horário do Partido dos Trabalhadores nesta Casa para não deixar dúvidas para a sociedade catarinense e para a população atingida pelas enchentes de 2008, a cada município, a cada municípe, sobre a sensibilidade e a agilidade política do governo Lula com relação a essa catástrofe ocorrida em novembro do ano passado.

Gostaria de pedir um auxílio técnico para que aqueles que nos acompanham através da TVAL possam perceber o que de fato o governo federal fez para a recuperação dos danos causados pela enchente em Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Na tela podemos perceber que os recursos destinados para a recuperação das enchentes de Santa Catarina ultrapassam R\$ 1,3 bilhão, além de R\$ 1,338 bilhão do FGTS, já destinado para a população atingida pela enchente de novembro de 2008.

Seguindo a tela, gostaria rapidamente de destacar que:

(Passa a ler.)

"Aos cofres ou órgãos do governo do estado de Santa Catarina, a União liberou R\$ 462.988.332,99;

Diretamente aos cofres ou órgãos municipais R\$ 1.855.000.000,00;

Aplicação direta através das empresas contratadas pela secretaria Especial de Portos e pelo DNIT, R\$ 112 bilhões, arredondando os números;

Aplicação direta através dos serviços prestados pelas Forças Armadas, R\$ 37 bilhões;

Aos setores empresariais de Santa Catarina, através da concessão de crédito e postergação de pagamentos de faturas, R\$ 50 bilhões;

Reestruturação do serviço da dívida do estado junto ao BNDES, R\$ 100 milhões;

Recursos do programa do Dinheiro Direto na Escola para aquisição de equipamentos e mobiliário e reconstrução de salas de aula, R\$ 37 bilhões;

Liberação do FGTS, conforme o Decreto n. 6.688, de 11 de dezembro de 2008: no vale do Itajaí, R\$ 1,100 milhões; no norte, R\$ 112 milhões; na Grande Florianópolis, R\$ 135 milhões, totalizando R\$1,338 bilhão;

Aplicação direta, através de empresas contratadas pela SEP e pelo DNIT, R\$ 238 milhões;

Destinados a setores empresariais e municípios pelo BNDES através dos programas de apoio emergencial, de refinanciamento e de financiamento para capital de giro, R\$ 100 milhões, totalizando R\$ 338 milhões;

Recursos destinados ao estado de Santa Catarina, disponíveis para empenho, para o porto de Itajaí, R\$ 128 milhões;

Destinados aos cofres ou órgãos do governo do estado, R\$ 65 milhões;

Destinados aos cofres ou órgãos municipais, R\$ 20 milhões, totalizando R\$ 213 milhões.

Quadro de resumo dos recursos liberados pelo governo Lula para as enchentes.

Pagamentos efetuados: ações diversas, R\$ 802 milhões; FGTS, R\$1,338 bilhão; subtotal, R\$ 2,141 bilhões.

Recursos empenhados aguardando pagamento, R\$ 338 milhões;

Recursos disponíveis para empenho, R\$ 213 milhões, com o total ultrapassando R\$ 2 bilhões.

Com relação aos atingidos pelo tornado nos municípios do oeste catarinense, eu gostaria de destacar o empenho, a força, a sensibilidade da senadora Ideli Salvatti, acompanhada do governador do estado, da bancada federal de Santa Catarina, dos prefeitos dos municípios atingidos junto ao ministério do Desenvolvimento Agrário, resultou na promessa de que serão liberados R\$ 75 milhões na linha de reconstrução produtiva, para que a cadeia produtiva possa ser reativada o mais breve possível. A linha é de até R\$ 100 mil com juros anuais de R\$ 2%, três anos de carência e prazo de dez anos para pagamento.

Todos os contratos do Pronaf terão os vencimentos e suas parcelas prorrogadas. O seguro da agricultura familiar está sendo acionado para efetuar a cobertura das perdas. Falta a Epagri e, parece-me, segundo notícia do presidente da comissão da Agricultura, deputado Rogério Peninha Mendonça, fazer e enviar os laudos para o ministério do Desenvolvimento Agrário, para o ministério da Agricultura e para o ministério das Cidades.

Do ministério da Agricultura, então, serão R\$ 11 milhões para o pagamento de emendas parlamentares de 2008 destinadas aos municípios atingidos.

E ainda por iniciativa da senadora, sempre incansável para defender e para buscar recursos para a população de Santa Catarina, pede-se urgência na votação do projeto lei, em que o governo federal e os

governos estaduais criam um fundo para eventuais catástrofes, enchentes, tornados, que porventura possam ocorrer em cada município, em cada estado desta federação.

Por isso, sr. presidente, gostaria de vir aqui dizer que os números do governo federal estão disponíveis, assim com a sua sensibilidade humana, a sua vontade política, a sua agilidade técnica.

Gostaria de pedir ao meu colega Manoel Mota, que também é da base do governo, e aos demais deputados, que apresentem esse cronograma de quais foram os recursos da parte do governo do estado, de quais foram os órgãos que liberaram e de quais recursos foram destinados à população atingida pela enchente, porque o sofrimento não pode ser usado como uma bandeira político-eleitoral.

Quero dizer que estou muito contente porque ontem aconteceram em Brasília dois fatos importantes. E um já foi mencionado, que foi a sanção da lei que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul, assinada pelo presidente da República.

Espero que essa caravana capitaneada pela senadora Ideli Salvatti com o governador do estado, possa, neste momento de dor, de sofrimento, de reconstrução, unir esforços, deixar as brigas partidárias e eleitorais de lado, juntar-se à bancada federal e aos diferentes ministérios para aliviar a dor e o sofrimento da população catarinense.

Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores tem essa tarefa importante neste momento de reconstrução do nosso estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada de Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, estou inscrito para falar em Explicação Pessoal e quero, naquele espaço da sessão, voltar ao assunto abordado aqui pelo deputado Antônio Aguiar e aparteado pelo deputado Nilson Gonçalves, sobre a questão das ferrovias, da necessidade de expansão da nossa malha, assunto este que interessa muito ao estado de Santa Catarina, mas interessa sobremaneira ao sul do estado, em função do edital que já está na praça, deputado Padre Cirio Vandresen, que permitirá a interligação do nosso ramal ferroviário do sul com a malha ferroviária nacional, pois infelizmente o nosso ramal hoje não está inserido na malha rodoviária nacional, por ligar apenas o porto de Imbituba a Siderópolis. É um assunto extremamente interessante, que num segundo momento voltarei a abordar.

Quero voltar a debater nesta Casa, deputada Ada de Luca, sobre a lei que o governador sancionou em janeiro deste ano, proposta por este deputado, com o apoio da integralidade desta Casa, que dispõe sobre a implantação de uma política estadual de combate ao *bullying*, que, como tenho dito, é um nome novo para um velho problema.

Na novela da Rede Globo que terminou na semana passada, *Caminho das Índias*, a autora abordou com muita competência esse assunto, tanto que na última semana da novela - nas novelas da Globo tudo acontece na última semana - o tema ganhou muita importância, quando as tramas todas começaram a se desfazer, e a autora dedicou um capítulo inteiro para tratar do fenômeno *bullying*, levando, inclusive, uma estudiosa desse assunto a lançar mais uma obra do fenômeno *bullying* no Brasil, já nos próximos dias.

Refiro-me sempre à doutora Cléo Fante, que no meu entendimento é a maior autoridade sobre esse problema no Brasil. Foi ela, inclusive, que nos inspirou a apresentar o projeto de lei em Santa Catarina, visto que já havia participado ativamente da elaboração e da aprovação da lei no estado de São Paulo. Somos, portanto, deputado Ismael dos Santos, o segundo estado do Brasil a ter uma lei estadual que propõe a implementação de uma política de combate ao *bullying*.

Eu sei que a secretaria da Educação está desenvolvendo um grupo de trabalho sobre essa matéria; tivemos a oportunidade de ter uma pequena conversa, através da Escola do Legislativo, com tantas outras entidades, e já começamos a debater esse assunto.

Fiquei impressionado ao promover alguns debates sobre esse tema, deputado Padre Círio Vandresen, eis que em muitas escolas esse assunto já vem sendo tratado como um problema e algumas unidades já têm uma política interna de identificação e de combate ao *bullying*. Até porque a modalidade do *bullying* que mais cresce, neste momento, é a virtual. Infelizmente, a internet tem sido utilizada como ferramenta de ataque de aluno contra aluno, de grupos de alunos contra outros grupos, procurando sempre prejudicar aqueles que apresentem alguma diferença na convivência ou na própria formação física. Essas geralmente são as vítimas preferenciais: o aluno que é obeso ou o que é muito magro, o que tem sardas, o aluno que tem uma pele de cor diferente, de raça diferente. Enfim, os motivos que levam um aluno, ou um grupo de alunos, a buscarem as vítimas, nesse fenômeno, são diversos.

Portanto, precisamos começar a encarar essa discussão no âmbito da escola. Não dá mais para fazer de conta que o problema não existe. Os alunos vítimas de apelidos pejorativos, de chacotas, de agressões físicas, verbais, enfim, as várias formas de manifestação do *bullying* crescem a cada dia. Esse fenômeno está cada dia mais presente nas unidades escolares. E não podemos mais fazer de conta que o problema não existe, que isso é brincadeira de época, que daqui a pouco isso vai passar, porque os estragos que esse fenômeno pode causar numa criança, num adolescente, num jovem, são profundos, a ponto de alguns, com sequelas extremas, virarem, depois de adultos, potenciais agressores ou delinquentes e até assassinos em série, em massa, como já tivemos casos em escolas na Bahia, em São Paulo, nos Estados Unidos, que frequentemente noticiam essas ações.

Esse problema também está presente aqui, deputado Nilson Gonçalves,

nas nossas escolas. Os estudos da doutora Cléo Fante apontam que 45% dos alunos brasileiros estão envolvidos diretamente com o fenômeno *bullying*, alguns como agentes, outros como vítimas e um grande número como testemunhas. E não sabemos qual será a reação. Então, o *bullying* é um incipiente da violência, é o nascedouro da violência, porque é lá, no âmbito da escola, que ela se consolida, propaga-se e ganha adeptos.

Nós precisamos ter uma política. E não é a lei simplesmente a lei, o papel, porque será uma lei morta! Precisamos de ações para isso! E como vamos conseguir fazer isso acontecer? Primeiro, criando, na minha visão, no âmbito de cada Gerel, de cada SDR, uma comissão interdisciplinar, multidisciplinar, que trabalhe junto às direções de escolas, junto às secretarias municipais de Educação, junto às escolas particulares, o problema é, a partir disso, criar programas de trabalho.

Esse assunto tem que ser debatido amplamente no âmbito de cada comunidade escolar. E cada comunidade escolar precisa debater e construir o seu plano de ação, porque não há uma fórmula pronta. Existem inúmeras experiências acontecendo pelo estado afora, e precisamos, através desse grupo de trabalho, identificar esses bons exemplos, distribuir, socializar esses resultados, para que outras escolas possam aproveitar a experiência.

Tive a oportunidade de, no Colégio Elisa Andreoli, dias atrás, conhecer uma experiência extraordinária, através da qual as crianças estão debatendo o *bullying* na forma de teatro. Essa foi a fórmula que a escola encontrou para que os colegas pudessem assimilar melhor esse fenômeno, essa violência que acontece todos os dias no âmbito escolar. E infelizmente ainda não temos uma ação forte. Ainda estamos falando pouco sobre esse tema.

Voltarei a esse assunto até para trazer algumas experiências, uma vez que estamos tendo relatos do que está acontecendo no estado todo. E espero que possamos cada vez mais debater esse problema, que é real, que atinge um grande número de alunos e que até pode torná-los violentos no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos assistem pela TVAL, ocupo a tribuna na tarde de hoje, sr. presidente, até porque acabo de vir da região norte, mais precisamente de São Francisco do Sul, onde fui acompanhar o episódio lamentável da desarmonia entre o prefeito Luiz Roberto de Oliveira e o nosso vice-prefeito Dorlei João Antunes, do PDT.

Fiquei surpreso, em primeiro lugar, com as manifestações da população e de ver o nosso vice-prefeito sentado na praça central da cidade atendendo à população numa mesa, uma maneira e uma atitude que não se admite mais em pleno século

XXI, eis que o prefeito de maneira autoritária, desde o dia 30 de janeiro - eles assumiram no dia 1º de janeiro -, vem tratando o vice-prefeito como se fosse um empregadinho comum, já que nenhuma ação de governo foi dividida entre os dois mandatários.

Digo isso surpreso porque fui seis anos vice-prefeito de Brusque, quando Ciro Roza era prefeito e sempre tocamos a quatro mãos a administração municipal. Além disso, não existem mais prefeituras no mundo de hoje, deputado Padre Círio Vandresen, em que uma pessoa sozinha possa comandar todas as ações. O mundo evoluiu muito e a participação é importante, a participação do prefeito e do vice-prefeito. Há também o fato de que a população quando vota, vota em uma dupla. E por coincidência, nessa primeira eleição, nessa eleição passada, foi a primeira eleição em que a fotografia do vice-prefeito apareceu ao lado da fotografia do prefeito.

Então, é lamentável um fato desses em São Francisco do Sul, uma cidade que, sem dúvida nenhuma, vem crescendo, desenvolvendo-se, com um porto que vem aumentando o seu movimento econômico e trazendo o desenvolvimento.

Sentimos que a população está comovida, sem saber o que fazer, uns do lado do prefeito, outros do lado do vice-prefeito, quando na realidade deveriam estar todos convergindo para o bem e para o crescimento de São Francisco do Sul. E digo isso porque estive lá, hoje, durante a manhã toda. Inúmeras pessoas, mais de 100, estavam sendo atendidas pelo vice-prefeito, que anotava os pedidos esperando que haja um diálogo.

Digo esperando que haja um diálogo, porque o coordenador regional do PDT da cidade de Joinville, o ex-vice-prefeito Rodrigo Bornholdt, desde abril vem tentando marcar uma audiência com o prefeito, deputado Joares Ponticelli, para falar, na instância do PDT, com o prefeito. Mas infelizmente o prefeito não abre o diálogo. Inclusive, ele chegou a tirar o vice-prefeito da prefeitura, colocá-lo no prédio ao lado e, na sexta-feira, nesse outro prédio ao lado, foi mudada a fechadura da porta do gabinete onde o vice-prefeito despachava. Ou seja, o vice-prefeito não pode nem entrar no seu segundo gabinete, deputado Joares Ponticelli.

Com certeza acho que cabe a nós irmos lá para tentar resolver, para o bem de São Francisco.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Concedo um aparte a v.exa., que é presidente estadual do PP, porque acho que cabe a nós resolver.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Concordo com a preocupação de v.exa., mas é claro que não poderia ter outro comportamento que não fazer a defesa do nosso prefeito Luiz Roberto de Oliveira. Eu torço para que haja bom senso e que cheguem ao entendimento, mas essa não é a primeira história de um prefeito que tem que despachar na rua e, infelizmente, não será a última.

Infelizmente, nem todas as experiências foram tão exitosas como a de v.exa.

com o prefeito Ciro Roza. V.Exa. tem no seu partido e em outros partidos diversos relatos de relações que, infelizmente, não deram certo. O ideal é que deem certo na campanha e durante todo o mandato.

Agora, não podemos esquecer também que o vice-prefeito é sempre um expectante de poder. Não há em nenhum lugar da Constituição, da legislação, algo que defina as funções do vice-prefeito. E v.exa. sabe disso. V.Exa. participou porque tinha uma relação com o prefeito, que estava acima disso. Agora, parece-me que lá os excessos foram de toda sorte e queremos manifestar apoio ao prefeito Luiz Roberto de Oliveira.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Gostaria de pedir ao deputado Joares Ponticelli, nosso presidente do PP, que possamos intermediar e, quem sabe, deputado, num episódio como esse, criarmos uma legislação para que o vice tenha uma função, assuma uma secretaria ou faça de outra maneira.

O que estranhei é que normalmente poderia haver uma briga, ou seja, o prefeito se desentender com o vice-prefeito que não quer trabalhar, que não aparece para trabalhar. Mas o prefeito brigar com o vice-prefeito porque ele está trabalhando, está fazendo o seu papel, atendendo ao povo, parece-me que na realidade houve um pouquinho de dor de cotovelo. E quem acaba sendo prejudicada é a população de São Francisco do Sul, aquela bela e ordeira cidade que, sem dúvida nenhuma, não merece a situação e o clima que hoje pairam sobre sua cabeça.

Então, quero manifestar aqui a nossa solidariedade ao vice-prefeito Dorlei Antunes e que continue trabalhando, porque ele pediu os votos e...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de complementar o que o deputado Dagomar Carneiro estava falando sobre São Francisco do Sul. Realmente, com relação ao que estamos presenciando lá, acho que precisamos juntar forças, o deputado Joares Ponticelli, que é do PP, v.exa., que é do PDT, nós, que somos lá do norte, e fazer uma visita para tentar uma conciliação, fumar o cachimbo da paz, tanto o vice como o prefeito de São Francisco do Sul, todos bem intencionados em relação àquela querida cidade.

Estou ocupando o horário do PSDB, agora, para complementar e terminar exatamente aquela preleção que eu fazia quando me foi dada a oportunidade, há pouco, antes do horário dos Partidos Políticos.

E eu me reportava ao padre Luiz Fachini, conhecidíssimo não só na minha região, como também em outras regiões do estado, pela defesa dos humildes, pelo grande trabalho que faz com as pessoas

que realmente precisam. Só por aquele sopão que ele faz lá em Joinville, que é distribuído para as famílias humildes, ele já era passível de canonização. O homem é incrível! E tenho por ele um profundo respeito e admiração.

Quando nós o convidamos para vir à nossa reunião, ele nos mandou um ofício muito educado. E faço questão de ler uma parte desse ofício, pois o padre Fachini defende - e digo isso só para que v.exas. saibam - veementemente a demarcação de terras indígenas, mas em momento algum defendeu a demarcação de terras indígenas em cima de propriedades particulares. Ele diz assim:

(Passa a ler.)

"[...]

Os guaranis, inseguros por não terem um chão próprio onde pudessem regatar sua cultura, o seu trabalho, a sua convivência, começaram a se organizar para a conquista de uma área própria e demarcada". E ele foi um dos que foram atrás também para ajudá-los.

"Concordo plenamente com esse direito. Mas discordo fundamentalmente quanto ao número de áreas e ao tamanho gigantesco e exagerado como o que é pretendido pela Funai. Juntamente com a Associação dos Agricultores atingidos pela infame e vergonhosa demarcação proposta por Brasília, fui para reclamar em favor dos proprietários ativos destas áreas. Como me dizia o cacique da aldeia de Urubuquara na semana passada, 'os antropólogos e a Funai não entendem nada de nossas necessidades e de nossa cultura, por isso cometem essas loucuras'."[sic]

O cacique falou isso, e não nós. Ele mesmo, um índio, acha um absurdo o que estão fazendo lá no norte do estado!

Em consequência da reunião que tivemos na segunda-feira, quero deixar registrado aos senhores o que foi deliberado, o que se tirou de tudo o que foi falado nessa segunda-feira, na presença dos deputados federais, estaduais e senadores: vai haver uma reunião de trabalho do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, composto pelos 16 deputados federais e pelos três senadores, com os deputados federais de outros estados, principalmente o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, o Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia e Goiás, que também estão tendo o mesmo problema. E nessa reunião há dois assuntos fundamentais a serem tratados. O primeiro é todos os deputados fazerem uma visita ao presidente da Câmara Federal para pedir que coloque em pauta a votação do Projeto n. 4.791/2009, de autoria dos deputados Aldo Rebelo e Ibsen Pinheiro, os dois ex-presidentes da Casa, que nesse projeto aglutinaram praticamente todo o anseio da comunidade que está sofrendo com esse problema. E também nesse projeto estão todas as vontades dos demais deputados federais que entraram com projetos na Câmara Federal. Há 15 ou 20 projetos em andamento, engavetados, parados, tramitando na Câmara Federal.

Esse projeto é fundamental porque submete ao Congresso Nacional a demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, o que quer dizer que a partir daí, se aprovado, sairão da caneta do

presidente, sairão da caneta da Funai e do Inbra, sairão da caneta do ministro da Justiça essas deliberações através de decreto, fazendo com que as coisas sejam mais trabalhadas e profundamente estudadas para que depois aconteçam as demarcações.

Outra deliberação nessa reunião que vai haver em Brasília, e nós estaremos lá também: uma audiência com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, fazendo um apelo para que ele publique uma portaria - que já deveria ter sido publicada e não o foi até agora -, a partir da qual resolveremos praticamente todos os problemas que temos em nossa região, porque ela preconiza que as terras habitadas por índios antes de 1988, e não depois de 1988, são passíveis de demarcação.

Então, foram essas as deliberações tomadas na segunda-feira e, com certeza, farão uma diferença fundamental nos encaminhamentos relacionados à questão de demarcação de terras indígenas.

Eu quero aproveitar o ensejo, sra. presidente, para registrar aqui, com bastante pesar, o falecimento, por suicídio, lamentavelmente, do médico radiologista de São Francisco do Sul, dr. Frederico José Rabe, que durante 30 anos foi funcionário da prefeitura daquele município e que estava com problemas junto à administração. Havia procurado a secretaria de Saúde em São Francisco do Sul para tentar uma reconsideração na sua demissão - ele tinha sido afastado. O Ministério Público já estava investigando possíveis cobranças de consultas. Ele também tinha um problema sério de depressão, já tinha tentado o suicídio anteriormente.

De qualquer maneira, o que aconteceu com ele foi extremamente lamentável porque, no gabinete da secretária de Saúde, depois de poucas palavras, ele acabou tirando uma arma do bolso e atirando contra a própria cabeça, criando um trauma em São Francisco do Sul.

Apenas queria registrar o seu falecimento e lamentar, profundamente, esse ocorrido no querido município de São Francisco do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, com muita satisfação quero anunciar que o Tribunal de Justiça, hoje, finalmente derrubou a liminar que excluiu a Vargem do Braço do projeto de lei que esta Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade, quando da redefinição do Parque da Serra do Tabuleiro. Uma única Adin, que foi impetrada pelo Ministério Público Estadual, recebeu guarida de um dos desembargadores, e a liminar havia sido concedida. E hoje, finalmente, na última sessão do Tribunal Pleno, por 22 votos a 21, o Tribunal de Justiça confirmou que a Vargem do Braço faz finalmente parte de

todo o contexto da lei que redefiniu o Parque da Serra do Tabuleiro.

Deputado Romildo Titon, a v.exa. que é presidente da comissão de Justiça e que me designou relator da matéria tenho o prazer de anunciar, com muita satisfação, para toda Santa Catarina...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Queria registrar, com bastante pesar, o falecimento, no dia de hoje, do sr. Pedro Molon, um dos sócios fundadores do grupo Sinuelo. E devo comunicar que o seu velório está acontecendo na cidade de São Marcos, no Rio Grande do Sul.

Só para efeito de esclarecimento, gostaria de dizer que o sr. Pedro Molon é irmão, se não estou enganado, do proprietário do Posto Sinuelo localizado nas proximidades de Joinville. Não é, portanto, o proprietário do Sinuelo de Joinville. É parente e também possuía um Sinuelo naquela região do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0623/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa e outros; 0624/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 0625/2009, 0626/2009 e 0627/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; e 0628/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.285/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.286/2009 e 1.305/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.306/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.307/2009, 1.308/2009, 1.309/2009 e 1.310/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1311/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.313/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.314/2009, 1.315/2009, 1.316/2009 e 1.317/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sra. presidente, com a aquiescência do autor, deputado Nilson Gonçalves, gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.316/2009, que cumprimenta o presidente da Facisc, nosso particular amigo.

(O autor aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a aquiescência do autor, a matéria será subscrita também por v.exa.

Srs. deputados, comunicamos que se encontra sobre a mesa o Projeto de Resolução n. 0017/2009, que dispõe sobre

a concessão de gratificação de penosidade, insalubridade e risco de morte, prevista no art. 85, inciso VII, da Lei n. 6.745, de 1985.

A matéria será discutida nas comissões.

Comunicamos, ainda, que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 1.318/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.319/2009, 1.320/2009, 1.322/2009 e 1.323/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, desejo registrar que recebi um convite, e sinto-me muito honrado, para participar de uma palestra com o eminente ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O evento vai acontecer na cidade de Criciúma, no dia 30 de setembro, às 19h30, e terá como tema Para Onde Caminha o Brasil.

Gostaria de fazer esse registro, e com certeza não faltarei a esse evento do nosso digníssimo sempre presidente Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Padre Círio Vandresen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Sra. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, gostaria de registrar a presença do meu amigo Dorcelino Rosemiro dos Santos, que tanto interage com a imprensa escrita catarinense e é membro do diretório do PT de São José.

Agradeço a oportunidade que tive, ontem, de representar esta Casa na despedida de dom Jacinto Bergman, bispo da diocese de Tubarão - e tive a oportunidade de servi-lo durante 17 anos no meu ministério sacerdotal -, diocese na qual fui incardinado até um ano e meio atrás.

Portanto, ao agradecer por ter sido delegado para representar esta Casa, quero dizer que a ocasião foi marcada pelo dia da padroeira da cidade e, ao mesmo tempo, da diocese de Tubarão, Nossa Senhora da Piedade, também denominada Nossa Senhora das Dores. Foi uma festa realmente de ação de graças pela missão desempenhada pelo bispo daquela diocese, agora transferido para a diocese de Pelotas.

Deputado Joares Ponticelli, tive a oportunidade de encontrar lá vários amigos: o ex-deputado Miguel Ximenes; o sr. Miguel Popuaski, que foi meu professor na antiga Fesc - quando eu estudei lá ainda não era Unisul, e os meus cabelos brancos não escondem isso; o sr. Manfio, que foi um professor destacado daquela instituição de ensino e que ainda na minha época mudou-se para o estado do Paraná, onde foi assessorar o então governador José Richa.

Quero destacar aquela festa brilhante e dizer que lá tive a oportunidade de encontrar, deputado Joares Ponticelli, vários

colegas da nossa região, entre eles os diferentes vigários paroquiais das 28 paróquias que constituem a diocese de Tubarão. Inclusive, amanhã à noite acontecerá a criação da 28ª paróquia, no bairro Passagem, no município de Tubarão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - É a nova paróquia de Santa Terezinha, onde o nosso amigo padre Edson vai, oficialmente, assumir o comando. E lá estarão ele e o padre Antônio Damiani, que estava com ele em Oficinas e agora vai acompanhá-lo também na paróquia de Santa Terezinha.

Quero dizer que eu, infelizmente, não pude ir a Tubarão, pois tinha um compromisso marcado em Biguaçu com o prefeito João Castelo e o secretário Douglas Borba. Mas fiquei feliz por saber que v.exa. e o deputado Genésio Goulart lá estiveram representando a Assembleia Legislativa e levando o nosso abraço ao bispo dom Jacinto.

Hoje alguns amigos de Criciúma brincaram dizendo que parecia que o Vaticano nos acompanhava através da TV Assembléia na tarde de ontem.

E clamávamos ontem, deputado Peninha, que viesse logo a nomeação do novo bispo, como esperávamos a nomeação do bispo de Criciúma. Para nossa alegria, tivemos hoje a notícia, a publicação do ato do papa Bento XVI nomeando o novo bispo de Criciúma e a nossa expectativa é de que brevemente possamos ver nomeado o novo bispo da diocese de Tubarão.

Parabéns a v.exa. e ao deputado Genésio Goulart, que fizeram esse esforço para lá comparecer representando esta Casa e levando a nossa mensagem ao prezado bispo dom Jacinto.

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Caro deputado, gostaria de parabenizá-lo, bem como à sua bancada pela oportunidade que estão dando a v.exa. de aqui ficar por dois meses, merecidamente. Eu já o acompanhei durante as campanhas, conheço um pouco da sua história e sei que é merecedor de ocupar este espaço, não só provisoriamente, mas, quem sabe até, lá na frente, definitivamente ou mesmo como prefeito da sua cidade. V.Exa. merece pelo seu trabalho e pela sua atuação.

Hoje tivemos a oportunidade de tê-lo na primeira reunião da comissão de Agricultura, da qual sou presidente, onde fizemos diversos encaminhamentos em prol dos agricultores, principalmente dos municípios do meio-oeste atingidos pelas catástrofes.

Portanto, sr. deputado, parabéns, sucesso e v.exa. merece, com certeza, estar ocupando uma cadeira nesta Casa.

O SR. DEPUTADO PADRE CÍRIO VANDRESEN - Muito obrigado, deputado Peninha!

Quero registrar que hoje à noite, na cidade de Orleans, acontecerá a posse

da primeira associação de piscicultores daquele município. Estarei lá em nome desta Casa para levar o nosso abraço porque Orleans vem-se integrando no desenvolvimento da piscicultura aos municípios do vale do Braço do Norte. Nós sabemos que Braço do Norte e Rio Fortuna, minha terra natal, já têm um desenvolvimento bastante forte na área da piscicultura e certamente, a partir de sexta-feira, no seminário regional, com a vinda do ministro Altemir Gregolin, vamos discutir com dez municípios da região um programa de apoio à piscicultura, onde vamos pensar ações, projetos, recursos, atividades para toda a cadeia produtiva no desenvolvimento da produção de pescado daquela região.

Todos nós sabemos da importância do peixe não só como elemento econômico para os nossos piscicultores, agricultores e pescadores artesanais, mas também do ponto de vista nutricional no prato dos brasileiros e brasileiras. E a presença do ministro Altemir Gregolin certamente mobilizará o seminário, no qual algumas ações serão definidas, principalmente o apoio, o incremento ao processo produtivo do peixe de água doce. Temos certeza de que recursos serão aportados para equipamentos, para a extensão, para a pesquisa, porque é sempre importante que o técnico oriente o processo produtivo.

Estarei lá como deputado desta Casa para levar o meu apoio ao ministro Altemir Gregolin, de cuja assessoria tive a oportunidade de participar até o dia 9, antes de tomar posse nesta Casa.

Gostaria de reiterar o meu sentimento com relação ao ocorrido em Brasília ontem, quando a comitiva, coordenada pela senadora Ideli Salvatti, deu mais um importante passo do ponto de vista da solidariedade humana com relação aos estragos causados pelo tornado nas regiões oeste, extremo oeste e meio-oeste. Aquela atitude da senadora, com o governador do estado de Santa Catarina, juntamente com a nossa bancada federal, com os prefeitos das cidades atingidas, certamente foi profundamente humana e de solidariedade nesse momento de reconstrução.

Quero colocar também o gabinete à disposição naquilo que estiver ao nosso alcance na comissão da Agricultura e em outras comissões. Que também esta Casa faça o seu papel, o seu esforço junto ao governo do estado para que os recursos não atrasem a partir dos laudos individuais. Os órgãos públicos deste estado precisam fornecer subsídios ao ministério do Desenvolvimento Agrário, ao ministério da Agricultura e ao ministério das Cidades.

Portanto, sinto-me sensibilizado e mais uma vez quero falar da grande admiração que tenho pelo nosso grande presidente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Obrigada, sr. deputado.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Quero comunicar com muita

satisfação a presença no Parlamento catarinense de dois vereadores do município de Marema, João Ramazzo e Valdoir Chitolina, que vieram a Florianópolis atrás dos projetos e de recursos para a sua terra e aproveitam para visitar o Parlamento catarinense.

Sejam bem-vindos e sucesso nas suas reivindicações para o município de Marema!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Esta Casa cumprimenta e recebe de braços abertos os vereadores. Sejam bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores que nos assistem pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, senhoras e senhores que nos prestigiam aqui no Plenário Osni Régis, em especial o meu tio Honorato Tomelin, que está aqui para trocar algumas idéias com os deputados e com este Parlamento.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje, deputado Silvío Dreveck, é algo não só nostálgico, mas que também me deixa um pouco feliz por saber que a família participou, participa e haverá de participar das questões do vale do Itajaí. Refiro-me ao decreto editado por meu avô, então deputado Honorato Tomelin, deputada Ada De Luca, em 1943. Mas citarei uma preocupação que ele externou em novembro de 1943. E vou ler o decreto aqui, a fim de que os catarinenses tomem conhecimento, porque, deputado Joares Ponticelli, se esse decreto tivesse sido implantado naquela época, certamente, deputado Professor Grandó, as catástrofes que assolam, assolaram e ainda haverão de assolar, infelizmente, a cidade de Blumenau seriam absolutamente minimizadas. O decreto dizia o seguinte:

(Passa a ler.)

"Exercício de 1943

Projeto de Lei - Decreto Municipal

[...] prefeito municipal do município de São Paulo de Blumenau, criado pela Lei n. 1.109, de 30 de agosto de 1886, resolve, na conformidade com o que dispõe o Conselho de Intendências, instituído pela Resolução n. 7 de 07 de janeiro de 1890, e outros,

Decreta:

Art. 1º - Os municípios proprietários legítimos de imóveis localizados em todo o território de São Paulo de Blumenau, que a partir desta data construírem suas casas, ficam obrigados, ao iniciarem os trabalhos de construção, a consultar o Departamento de Obras, em razão da grande enchente que assolou os moradores no ano de 1911, na qual o rio Itajahy atingiu quase um nível de 17 metros;

Art. 2º - Os proprietários de imóveis baixos deverão fazer suas construções num nível mínimo de 17 metros;

Art. 3º - Os proprietários de imóveis que, por força deste decreto, atenderem este propósito do governo de São Paulo de Blumenau serão beneficiados com o desconto de 50% dos impostos municipais relativos a suas propriedades;

Art. 4º - Os proprietários de terrenos cujo nível for superior aos 17 metros

não serão atingidos pelos favores deste decreto;

Art. 5º - As atuais propriedades que estiverem situadas abaixo de 17 metros e sofrerem as consequências das enchentes deverão reformar suas residências para que fiquem acima daquele limite, pois, caso contrário, os impostos reincidirão em dobro do valor estipulado pela Fazenda Pública Municipal;

Art. 6º - O município de São Paulo de Blumenau, tendo em vista a calamidade que sofre periodicamente, não pode ficar à mercê de tamanhas despesas com o socorro de vítimas das enchentes;

Art. 7º - Os Conselheiros e o Governo Municipal, desde já se obrigam a procurar propriedades nos chamados bairros de Água Verde e Velha Central, para neles estabelecer a sede do futuro paço municipal, reservando nos referidos bairros glebas territoriais para sediar as repartições públicas federais e estaduais, bem como hospitais, igrejas, cemitérios, praças, sedes de corporações militares do Exército e da Polícia, Corpo de Bombeiros, casas de crédito, delegacias, praças de esporte etc.;

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo de Blumenau, em [...] de novembro de 1943.

[...], prefeito municipal" [sic]

Veja, deputado Rogério Mendonça, um decreto feito há 66 anos ainda é um decreto que pode ser implementado hoje. Há mais de 66 anos os prefeitos de Blumenau não tomaram uma medida como essa para conter o sofrimento do povo da cidade, da gente do vale do Itajaí. E você, município do vale do Itajaí, sofre e dorme preocupado diuturnamente se a enchente vem, se a enchente não vem, se vai chover ou se não vai chover.

Eu há pouco lembrava que existia uma loja em Blumenau, a Konder, que vendia roupas e tecidos e que já naquela época estava adaptada a esse decreto, porque para entrar na loja era preciso subir até o nível de 17m. Além disso, o porão da loja não podia ser utilizado para vendas, para comercializar mercadorias, era utilizado somente para estoque. E tudo isso é uma realidade que poderia ter sido adotada há 66 anos.

Não venho a esta tribuna para tentar laurear alguém da minha família ou parabenizá-lo, não é nada disso, venho apenas para dizer que nós precisamos buscar uma solução de médio e longo prazo, talvez um canal extravasor para que o rio, deputado Peninha, possa escoar e não transformar as nossas cidades num verdadeiro caos.

Deputado Peninha, v.exa. que também é da nossa região e que tem estado presente sabe que daqui a pouco Blumenau será um cemitério de gente viva. O nosso município, que já foi locomotiva do desenvolvimento catarinense, tem que continuar a sê-lo. Mas para que isso aconteça, temos que encontrar uma solução definitiva para esse problema. Países como o Japão e os Estados Unidos, que têm problemas de meio ambiente, de terremotos etc., adaptaram-se à sua realidade. Então, também nos podemos adaptar. E é por isso

que faço, na tarde de hoje, para os srs. deputados estaduais este pronunciamento.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero apenas deixar registrado em aparte ao pronunciamento de v.exa., deputado Giancarlo Tomelin, que considero importante que as pessoas e empresas que extraem a areia do rio Itajaí, façam-no de forma organizada e planejada, através da universidade, das secretarias de Desenvolvimento Regional de Blumenau e Itajaí, fazendo com que o rio volte a ficar como era até 1936, ou seja, navegável.

V.Exa. imagine o ganho que teria Blumenau se pudesse transportar os seus produtos não mais por via rodoviária, engarrafando, criando problemas, mas através de chatas, porque hoje, com um calado de somente 60cm, pode-se transportar toneladas e toneladas por via fluvial. Aí não seria necessário um canal extravasor, como v.exa. está sugerindo, porque ao extrair o acúmulo de sedimentos no leito do rio estaríamos aumentando a vazão.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado, isso é algo que já acontecia no passado. O dr. Blumenau conduzia o processo de exportação dos produtos da região através do rio Itajaí-Açu.

Mas tudo o que acontece na nossa região não é algo imprevisível, é previsível. É previsível que ocorra uma nova enchente; é previsível que aconteça uma nova catástrofe; é previsível porque já em 1851 tivemos o relato da primeira enchente na nossa região, a primeira catástrofe.

Dessa forma, a cidade não pode esperar mais. A última catástrofe custou R\$ 3 bilhões. Esse não é um número que estou inventando ou um número para fazer de conta, é o número que expressa a verdade da catástrofe. E tenho convicção de que se esse decreto de 1943, feito e entregue ao prefeito Guilherme Felipe Busch, tivesse sido cumprido, catarinense, o vale do Itajaí não teria sofrido tanto. Vamos, juntos, lutar por uma solução de médio e longo prazo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputada Ada De Luca, deputado Peninha, deputado Professor Grando, deputado Padre Cirio Vandresen, quero saudar também os nossos vereadores Edésio Fernando Loch e Ivoney Cornel, de Forquilha, juntamente com o Maurício e o Nivaldo, que nos visitam na Assembleia Legislativa porque também estão acompanhando mais uma rodada de pendências da eleição ainda no Tribunal Regional Eleitoral, essas coisas sobre as quais o deputado Manoel Mota falava há poucos minutos, deputado Professor Grando, na conversa que tínhamos fora da tribuna.

São ações judiciais cada vez mais frequentes, interpostas por candidatos derrotados contra os prefeitos eleitos, de todos os partidos, deputado Padre Cirio Vandresen, que se veem obrigados a dis-

putar o 3º, o 4º, o 5º, o 6º ou até o 10º turno nos Tribunais Eleitorais, tudo decorrente da falta de uma ampla reforma político-partidário. Porque diante da complexidade da legislação, da falta de uma legislação clara, consolidada, os que não têm êxito, naturalmente, que tendo elementos e muitos, mas às vezes até forjando elementos, ficam nos tribunais durante muito tempo questionando o resultado eleitoral.

Então, o PMDB está com vários prefeitos engatados, o PT, o PP, o Democratas e o PSDB também e isso acaba consumindo energia dos mandatos. Vimos, por exemplo, a energia do governo do estado ser consumida por conta de um processo que se arrastou por quase três anos no Tribunal Superior Eleitoral.

Então, o ideal é que tivéssemos uma legislação clara, uma legislação simplificada, que desse agilidade aos processos. É preciso que haja um prazo definido para que os processos cheguem ao final, porque senão eles acabam consumindo boa parte da energia positiva dos governos de qualquer partido. E infelizmente o nosso Congresso Nacional, de novo, vai encerrar mais um período devendo esta que é a mãe das reformas, que é a principal reforma que o país precisa, que é a reforma político-eleitoral.

Ah! se pudéssemos, deputada Ada De Luca, como tantos dizem, defender durante as campanhas eleições unificadas, mandatos de cinco anos, mandatos que comecem e terminem juntos. Temos agora uma legião de vereadores e prefeitos que recém assumiram e deputados, governadores, senadores e presidente que caminham para o fim do mandato. Os mandatos precisam começar e terminar juntos, porque aí as administrações não sofrem solução de continuidade. Senão vamos continuar nesse cenário de eleição não de quatro em quatro anos, mas de eleição de dois em dois anos, reduzindo os mandatos para dois anos de tempo efetivo, porque se consome um ano de cada mandato do primeiro período para cuidar de eleição municipal, e um ano do segundo período para cuidar de eleição estadual. E aí temos de tempo líquido, sem eleições, apenas a metade do mandato, deputado Professor Grando! É isso que acaba acontecendo, porque a energia dos governos se envolve em torno das campanhas de dois em dois anos, uma vez estadual e outra municipal.

Outra abordagem que quero fazer, até homenageando o repórter Marcelo Tolentino, que faz a cobertura diária para o *Notícias do Dia* nesta Casa, sempre muito atento a tudo que aqui se passa, muito ligado, deputada Ada De Luca, sempre buscando nos corredores uma informação em primeira mão, a respeito desse periódico. Homenageio, através dele, o jornal *Notícias do Dia*.

Na noite de ontem tive a oportunidade de participar da inauguração da fase de regionalização que o *Notícias do Dia* está empreendendo, agora com o jornal também com base no município de Biguaçu. Essa tendência da regionalização da informação é mundial! É claro que as pessoas querem saber das notícias do mundo, das notícias do país, mas querem saber, acima de tudo, das notícias da sua comunidade, das suas

coisas, dos seus vizinhos, do seu chão, da sua terra. Essa informação próxima do cidadão é, segundo os que atuam nessa área, a grande tendência da comunicação do terceiro milênio, e o *Notícias do Dia* cumpriu, na minha visão, mais uma etapa da sua consolidação como um importante, transparente, competente veículo de comunicação da Grande Florianópolis, ao inaugurar essa etapa Biguaçu. E não poderia escolher, com todo respeito que tenho aos demais, um município melhor.

O município de Biguaçu, caros vereadores e lideranças de Forquilha, vai ter duas etapas na sua história, assim como tem o de Forquilha, até pelo perfil semelhante do atual prefeito daquela cidade, João Castelo Deschamps, com o ex-prefeito Paulo Hoepers. Ambos são empreendedores, ambos têm uma visão diferenciada no comando das cidades. O Paulo, que tanto fez ao longo dos seus oito anos de administração, teve a continuidade do seu trabalho garantida pelo atual prefeito Vanderlei Alexandre, o Lei, que hoje está em Brasília defendendo um projeto visionário junto à Funasa, referente à destinação do lixo e da agregação de renda dessa atividade para aqueles que atuam nesse ramo no município de Forquilha.

O prefeito João Castelo Deschamps, do município de Biguaçu, é um empreendedor de sucesso na região da Grande Florianópolis e no estado. Ele se preparou, deputado Peninha, para ser prefeito de Biguaçu. Castelo não é prefeito por acaso, nem por vaidade e muito menos por necessidade de salário, ele se preparou, deputada Ada De Luca, para ser prefeito.

No período entre a eleição e a posse, ele foi o eleito que, não tenho dúvida, mais esteve em Brasília, levando o seu plano de governo, tentando transformar os pleitos em propostas de convênio já para acontecer ao longo deste ano. E em oito meses e 16 dias de gestão, o que se está percebendo é uma Biguaçu num outro rumo, num outro direcionamento, prova disso é a Exponáutica, da qual tive a oportunidade de participar no último final de semana, uma grande feira náutica com mais de 50 negócios operacionalizados em apenas três dias; com o anúncio, pelo mega investidor e empreendedor Eike Batista, que esteve aqui ontem, deputado Professor Grando, de investimentos na ordem de R\$ 1 bilhão.

E esta Casa deu a sua contribuição, quando votou rapidamente - e a nossa bancada, naquele momento, votou a favor do governo - o projeto da liberação de imóveis do governo do estado, porque entre eles estava também um terreno onde vai ser empreendido o negócio de Eike Batista, que gerará quatro mil empregos diretos e em torno de 12 mil empregos indiretos para Biguaçu e sua gente.

Mais uma vez ficou patente a visão empreendedora do prefeito João Castelo Deschamps, também junto aos órgãos de governo, sempre buscando o melhor para sua terra e sua gente. Além disso, o anúncio da construção do hospital, que era o grande anseio da comunidade, foi mais uma notícia comemorada ontem no município de Biguaçu.

Então, acho que o *Notícias do Dia* chegou num dia importante para Biguaçu, para a Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Eu sou testemunha do dinamismo do prefeito João Castelo, juntamente com o presidente da Câmara Municipal, que gostaria, inclusive, de incluir nos seus elogios. O vereador Luiz Roberto Feubak, o popular Luizão, que é do nosso partido, teve participação ativa principalmente na questão da Exponática.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu incluo e incorporo o seu aparte, porque é uma grande contribuição que v.exa. traz ao meu pronunciamento.

Parabéns, acima de tudo a Biguaçu, que está em boas mãos, pois a grande gestão do prefeito João Castelo e seu time marcará a vida daquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda no horário de Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o eminente deputado Rogério Mendonça, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, primeiramente quero dizer da alegria por estar usando a tribuna num momento em que esta Casa está sendo presidida por uma mulher, a deputada Ada De Luca, tão combativa e atuante que, com certeza, haverá de retornar com uma expressiva votação na eleição do ano que vem.

Soube que o deputado Joares Ponticelli falou sobre Biguaçu e nós só temos que parabenizar aquele município, deputado Professor Grando, pela grande conquista do novo estaleiro do empresário Eike Batista, um empreendimento de R\$ 1 bilhão, um valor muito grande. Isso se deve a muitas pessoas, deve-se também à Assembléia Legislativa, porque aprovou rapidamente projeto de lei que viabilizou esse importante empreendimento.

Mas nós temos que parabenizar e muito a visão do governador Luiz Henrique. Ele tem tido uma visão de futuro, tem atraído empresários com uma política tributária arrojada, diminuindo tributos; não diria diminuindo arrecadação, mas pelo menos diminuindo tributos, porque no futuro vamos ter um aumento da arrecadação.

Mas eu gostaria também de, neste espaço, inicialmente falar sobre a visita que o governador Luiz Henrique fez ao município de Rio do Sul, no último fim de semana, onde, juntamente com muitas autoridades de Santa Catarina, entre elas o prefeito Milton Hobus, o vice-prefeito Garibaldi Antônio Ayroso, o Gariba, e o deputado federal João Matos, inaugurou um grande elevador ligando a BR-470 ao centro da cidade, facilitando, e muito, o fluxo de veículos e elevando, sem dúvida nenhuma, a cidade de Rio do Sul à condição de polo do alto vale do Itajaí.

Srs. deputados, nós, que somos das cidades vizinhas, Ituporanga, Ibirama e

Taió, procuramos fazer com que Rio do Sul seja um verdadeiro polo regional. Toda grande região precisa de um polo, e Rio do Sul é o nosso polo, é a capital do alto vale. E essa condição vem-se consubstanciando, agora numa parceria arrojada entre o prefeito Milton Hobus, que pensa no futuro, que enxerga na frente, e o governador Luiz Henrique, através de um investimento de R\$ 11 milhões, deputada Ada De Luca, para a construção do elevador, sendo que o governo do estado participou com R\$ 3 milhões.

Sem dúvida, Rio do Sul está dando um salto para o futuro e está preparada para o grande desenvolvimento que aquela região vem tendo. Eu, que caminho por todos os municípios da região, vejo novas empresas se instalando, vejo as empresas existentes expandindo a sua capacidade produtora, gerando novos empregos, muitas construções, prédios, edifícios, casas. Acredito que o alto vale do Itajaí nunca teve um progresso, um desenvolvimento tão grande como estamos vendo agora.

Devemos muito à capacidade de prefeitos empreendedores, como é o caso de Milton Hobus, como é o caso do vice-prefeito, meu amigo Garibaldi Antônio Ayroso, de Rio do Sul, mas, sem dúvida nenhuma, devemos à parceria do governo do estado. A parceria do governador Luiz Henrique tem sido fundamental para que Rio do Sul tenha essas obras e prepare-se para o futuro que, com certeza, é muito promissor para toda Santa Catarina, mas especialmente para o nosso vale do Itajaí.

Mas lá também tivemos a 20ª Kegelfest, Festa Nacional do Bolão, deputada Ada De Luca, com músicas regionais, com músicas e danças típicas germânicas, austríacas e russas e com a apresentação de diversos grupos folclóricos. Realmente foi uma festa belíssima!

Participamos também da inauguração de uma quadra de bolão, do concurso de bolão, enfim, Rio do Sul ganhou essa obra e teve um final de semana intenso, pois através da 20ª Kegelfest a população e os turistas puderam divertir-se com segurança.

Quero também aproveitar este espaço para fazer referência à reunião que tivemos há pouco na comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa, que reuniu os seus membros, deputados Reno Caramori, Ismael dos Santos e Padre Círio Vandresen, para discutir os encaminhamentos que se tornam necessários. E podemos dizer que foram encaminhamentos positivos, um deles endereçado ao secretário da Agricultura e ao governador Luiz Henrique, no sentido de que tudo seja feito para resolver o problema das famílias dos agricultores atingidos por mais uma catástrofe em Santa Catarina, desta feita no extremo oeste do estado.

Queremos que o atendimento aconteça de maneira ágil, no momento certo e que não tenhamos muita burocracia. Porque no momento após a catástrofe, todos se empolgam, todos têm o desejo de, realmente, atender a região e muitas vezes o tempo vai passando, as coisas vão esfriando e nada do que foi prometido acontece.

Assim nós, através da comissão de Agricultura e Política Rural, pedimos a agilização de medidas, tanto do governo do estado como do governo federal, até porque sabemos que ontem, na audiência que o governador e os deputados federais de Santa Catarina tiveram com o presidente Lula e com o ministro Geddel Vieira Lima, os resultados foram muito positivos.

Novamente o governador apelou ao presidente da República, que se emocionou e comprometeu-se a ajudar de imediato. Na catástrofe de novembro do ano passado, no vale de Itajaí, o presidente veio pessoalmente ao estado, por duas vezes, sobrevoou a região e numa delas eu tive a oportunidade de acompanhá-lo. Os recursos vieram e realmente grande parte dos prejuízos foi amenizada.

Mas na nossa comissão de Agricultura, deputada Ada De Luca, também discutimos o programa Microbacias II, que se está encerrando. Foram US\$ 160 milhões, entre recursos próprios e recursos financiados que terão que ser pagos pelo governo do estado, aplicados em muitas propriedades rurais, em muitos municípios de Santa Catarina.

O governo do estado, através do secretário Antônio Ceron, do responsável direto pelo Microbacias II, Athos de Almeida Lopes, e pela nossa Epagri, tão bem presidida por Luiz Ademir Hessmann, está fazendo de tudo para renovar o convênio e continuar com esse programa em Santa Catarina.

Mas a comissão de Agricultura está chamando, está convidando o secretário da Agricultura e o superintendente do Microbacias em Santa Catarina, Athos de Almeida Lopes, para virem a esta Casa fazer uma prestação de contas. Nós queremos saber onde e como foi aplicado o dinheiro, para que a comissão de Agricultura e os demais deputados desta Casa possam fazer uma avaliação adequada sobre a importância do programa.

Eu, como engenheiro agrônomo, conheço muito bem o trabalho que vem sendo feito com tantas famílias de agricultores de Santa Catarina, através do Microbacias I e II. Mas quero que tudo o que está sendo feito também seja do conhecimento desta Casa, para que nós possamos exercer adequadamente o nosso poder de fiscalização. Ao mesmo tempo, queremos saber o que está sendo feito para que esse programa seja renovado com o Banco Mundial e continue atendendo as famílias de Santa Catarina.

Encerrando, quero mandar um abraço ao ex-prefeito Nilo Barni. Eu estive ontem no município de Botuverá para o aniversário de Nilo Barni. Há pouco tempo, ainda este ano, estive visitando o ex-prefeito que, à época, estava convalescendo de uma cirurgia. Mas agora podemos vê-lo já recuperado e comemorando com muitos amigos o seu aniversário, o que nos deixou muito feliz!

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA PRESIDÊNCIA DL

#### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 029-DL, de 2009

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 18 de fevereiro de 2009.

Substitui o Deputado Herneus de Nadal, na Comissão de Economia e na Comissão de Legislação Participativa, pelo Deputado Carlos Chiodini. (Comunicado verbal do Dep. Antônio Aguiar - Líder do PMDB)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Marcos Vieira

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Pedro Uczai

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Darci de Matos

Deputado Marcos Vieira

Deputado José Natal Pereira

Deputado Décio Góes

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Manoel Mota

Deputado Renato Hinnig

Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Darci de Matos

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Pedro Uczai

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Sargento Amauri Soares

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Serafim Venzon

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Reno Caramori

Deputado Romildo Titon

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)

Deputado Sargento Amauri Soares

#### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado José Natal Pereira

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)

Deputado Genésio Goulart

Deputado Ismael dos Santos

Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado José Natal Pereira

Deputado Décio Góes

Deputado Reno Caramori

Deputado Manoel Mota

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Narcizo Parisotto

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputado Serafim Venzon

Deputado Pedro Uczai

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Genésio Goulart

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos

Deputado Giancarlo Tomelin

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Genésio Goulart

Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Giancarlo Tomelin

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Manoel Mota

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon

Deputado Pedro Uczai

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Renato Hinnig

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Renato Hinnig

Deputado Edison Andrino

Deputado Narcizo Parisotto

#### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Marcos Vieira

Deputado Décio Góes

Deputado Reno Caramori

Deputado Edison Andrino

Deputado Renato Hinnig

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Giancarlo Tomelin

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Reno Caramori

Deputado Edison Andrino

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Darci de Matos

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Genésio Goulart

Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 064-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Giancarlo Tomelin para ausentar-se do País, no período de 20 de setembro a 1º de outubro do corrente ano, com destino ao Continente Europeu.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*



## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DA PROCURADORIA

**Sérgio Augusto Machado - Procurador-Geral**  
**Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária**

#### ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PROCURADORIA LEGISLATIVA - 11/09/2009

Aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e nove, às dez horas, sob a Presidência do Procurador-Geral, Sérgio Augusto Machado, reuniram-se os Doutores: Ptolomeu Bittencourt Júnior, Marcelo Augusto Costa Richard e Cecília Biesdorf Thiesen. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Ptolomeu Bittencourt Júnior: aprovado o parecer por unanimidade ao Ofício nº 0352/2009/27PJ/CAP em 12/02/2009, Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital "Promoção de arquivamento e Inquérito Civil relativo a nomeação de José Antônio Périco para o cargo comissionado junto à Secretaria de Estado da Fazenda". Continuando, o relator deu conhecimento do parecer exarado a Consulta s/nº, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "Minuta de Projeto de Resolução" e sobrestado, a pedido do Diretor de Recursos Humanos da ALESC o Ofício nº 270/CARF/2009 de 31/08/09, Interessado: Coordenador de Atos e Registros Funcionais da ALESC "Adequação no registro do ponto dos funcionários da ALESC". 2) Relatoria do Dr. Marcelo Augusto Costa Richard: o relator deu conhecimento dos pareceres elaborados: Ofício nº 403/2009 de 25/08/2009, Interessado: Presidente do Instituto de Previdência de Santa Catarina - IPREV "Isenção previdenciária"; Consulta s/nº, Interessado: Presidente da ALESC "Promoção de Resolução que dispõe sobre a concessão de gratificação de penosidade, insalubridade e risco de morte" e Ofício s/nº de 17/08/09, Interessado: Presidente da ALESC "Elaboração de Ofício para Ronaldo Mota Sardemberg - Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL". 3) Relatoria do Dra. Cecília Biesdorf Thiesen: a relatora deu conhecimento do parecer exarado a Consulta - Ofício nº 40/2009-P de 12/08/2009, Interessado: Deputado Eduardo da Fonte - Presidente da CPI - Brasília/DF "Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a formação dos valores das tarifas de energia elétrica do Brasil" e a "Minuta de Memorial referente a Emancipação dos Municípios de Balneário Rincão e Pescaria Brava", de interesse do Deputado Décio Góes - PT. Esgotada a pauta, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada pelos consultores presentes. Sala das sessões, 11 de setembro de 2009.

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISOS DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2009

OBJETO: Aquisição de produtos de jardinagem, espécie vegetais, insumos, arranjos de flores (buquês) para atender as demandas da ALESC.

DATA: 29/09/2009 - HORA: 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 29 de setembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 17 de setembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
 Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2009

OBJETO: Reforma do Gabinete da 3ª Secretária, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada.

DATA: 01/10/2009 - HORA: 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 01 de outubro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 17 de setembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
 Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2009

OBJETO: **Contratação de serviços especializados para a instalação elétrica de data center com execução de infra-estrutura, cabeamento estruturado, instalação de sistema de segurança e monitoramento, instalação de detector de combate a incêndio, transferência de racks e de equipamentos de informática e instalação de sistema de climatização do cpd da ALESC.**

DATA: 02/10/2009 - HORA: 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 02 de outubro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 18 de setembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
 Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REVOGAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que está revogando (suspendendo) a licitação que ocorreria através do PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2009 marcado para o dia 01/10/2009.

O Pregão em questão tinha como objeto a Reforma do Gabinete da 3ª Secretária, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra especializada.

Florianópolis, 18 de setembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
 Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISOS DE RESULTADO

#### AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1831, de 04/09/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 031/2009, referente à contratação de empresa especializada em reformas de mobiliários, compreendendo o conserto de cadeiras da marca Martinucci, Infoflex, Deluse, Danna, Castofar, Primondo, Giroflex, Cequitel, Jobema, Flegma e outras, obteve o seguinte resultado:

**Item Único -**

Vencedora: Granmeyer Moveis e Equipamentos para Escritório Ltda. me

Valor do Último Lance: R\$ 10.485,32

Florianópolis, 17 de setembro de 2009.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

**AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1873/2009, de 11/09/2009 comunica que, por nulidade do Edital, nos termos do artigo 21, parágrafo 4º, da Lei 8666/93 a licitação modalidade Pregão n.º 032/2009, referente à manutenção de aparelhagem de som da ALESC, restou anulada.

Florianópolis, 22 de setembro de 2009.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

Pregoeiro

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1898, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora EDNA MARIA BASTOS, matrícula nº 4938, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1899, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EDNA MARIA BASTOS, matrícula nº 4938, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1900, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor RICARDO KRAMBECK JUNIOR, matrícula nº 4570, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1901, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RICARDO KRAMBECK JUNIOR, matrícula nº 4570, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2009 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1902, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MARISTELA DARONCO DA SILVEIRA LIMA**, matrícula nº 1969, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Análise, Elaboração e Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, GILMAR CARGNIN, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 14 de setembro de 2009 (DL - Coordenadoria de Expediente).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1903, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ALBERTO NEVES**, matrícula nº 0519, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, na Coordenadoria de TV.

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1904, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **DILCIONIR JOSE GHELLERE**, matrícula nº 3279, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-51, no Gabinete do Deputado Joares Ponticelli, a contar de 26 de setembro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1905, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 033/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2543	Juçara Helena Rebelato	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
2170	José das Neves Filho	Equipe de apoio
0775	Adriana Lauth Gualberto	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
2169	Sinara V. Dal Grande	

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1906, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **GILSON RIBEIRO**, matrícula nº 2030, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, no Gabinete Deputado Ismael dos Santos.

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1907, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinqüênio		Processo nº
1859	Cristiany Gevaerd Zoschke	02/09/04	01/09/09	1750/2009
2021	Miguel Donizete Baby	04/09/04	03/09/09	1751/2009
1900	Lourival Baptistoti	03/03/04	20/06/09	1752/2009

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1908, de 17 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Adelia Ferrari Cardoso	2044	3%	27%	06/09/09	1755/2009
Ademir Belondino da Silva	1450	3%	33%	06/09/09	1756/2009
Juliano Ranzolin	3815	6%	6%	01/09/09	1758/2009
Bruno Augusto Rossatto de Fabris	5069	3%	3%	11/08/09	1759/2009
Juliana Tancredo Gallotti	5090	3%	3%	01/09/09	1760/2009
Roberto Tagliari Lima	0976	3%	33%	04/09/09	1761/2009
Mariangela Mella	3737	6%	6%	01/09/09	1762/2009

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 344/09**

Institui a Semana Catarinense de Celebração dos Movimentos e da Cultura Evangélica.

Art. 1º Fica instituída a Semana de celebração e promoção dos movimentos e da cultura evangélica no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana de que trata esta Lei será comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de março.

Art. 2º Ficam instituídos durante a Semana que trata a presente lei os seguintes dias de homenagens:

I - aos cantores, aos corais, as bandas e orquestras e outros músicos evangélicos;

II - aos atores;

III - aos escritores e poetas;

IV - aos movimentos de jovens;

V - aos movimentos de senhoras;

VI - aos movimentos de missionários; e

VII - aos movimentos assistenciais e as entidades engajadas nas atividades de promoção social, fundamentadas nos princípios evangélicos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 10/09/09

**JUSTIFICATIVA**

O projeto em tela busca legitimar a promoção e a valorização da cultura originada do movimento da Reforma, desencadeada por Martinho Lutero, no Século 16, e hoje plenamente disseminada na cultura Ocidental, além de apreciada e praticada por milhares de catarinenses. Como se sabe, os movimentos vinculados à Cultura Evangélica aproximam de forma democrática a sociedade catarinense de atividades musicais, teatrais, literárias, além de promoverem inclusão social. Basta lembrar o papel destacado na formação de músicos, forjados no ritmo da Cultura Evangélica.

Por outro lado, os movimentos de assistência social, ligados as comunidades evangélicas, são entusiasticamente reconhecidos por sua dedicação e eficiência como agentes de transformação e inclusão social.

Dessa forma, torna-se justo que o Estado reconheça e valorize essa forma peculiar de cultura, através da criação da Semana Catarinense de Celebração dos Movimentos e da Cultura Evangélica.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 376/09**

Declara de Utilidade Pública a Associação Habitacional Brasil Cidadão, de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Associação Habitacional Brasil Cidadão - AHBC, com sede e foro na cidade e Comarca de Balneário Camboriú.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 17/09/09

**JUSTIFICATIVA**

A Associação Habitacional Brasil Cidadão, foi constituída em 11 de junho de 1996, sob a forma de sociedade civil de responsabilidade, limitada, sem fins lucrativos, destinada a proporcionar apoio e suporte financeiro à implantação de programas de habitação, voltados à população de baixa renda, com duração por prazo indeterminado.

A Associação tem por objetivo proporcionar, exclusivamente, aos associados ou conveniados, aquisição de lotes, construção de moradias, aquisição de materiais de construção, melhoria da unidade habitacional, serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais e também educacionais, propiciando a população ensino regular, supletivo de primeiro e segundo grau profissionalizante para todas as áreas de trabalho e em especial aos trabalhadores da construção civil, implantação de programas C.E.R.S.A.T - Centros Especializados em Reintegração Social para Alcoólicos e Toxicômanos e Administração de Condomínios Habitacionais.

No cumprimento do seu programa de ação, a Associação se propõe a:

I - escolher e adquirir o terreno a preço e custo;

II - contratar a construção e infra-estrutura para loteamento, ou aquisição, com firmas e pessoas idôneas;

III - organizar, contratar e manter todos os serviços administrativos, técnicos e sociais, visando alcançar seus objetivos;

IV - obter, através dos associados, ou convênios, os recursos necessários à execução de seus empreendimentos imobiliários;

V - promover, simultaneamente, tantos empreendimentos imobiliários, quantos forem necessários.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e relevância dos serviços prestados pelo "Instituto Ambiental ECOSUL", à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 377/09**

Dispõe sobre o controle de disponibilização de fardas e uniformes e de acessórios próprios das polícias civil e militar e de outros agentes públicos no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A comercialização de uniformes ou de qualquer acessório ou paramento próprio à identificação ou uso das polícias

civil e militar, como também dos agentes penitenciários, do comissariado da infância e juventude, dos oficiais de justiça e de agentes fiscais, somente poderá ser realizada mediante autorização da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Inclui-se no conceito de comercialização, para fins desta Lei, a cessão, aluguel, consignação via contrato estimatório, comodato, empréstimo para desfiles ou eventos, ou qualquer meio que implique a transmissão, ainda que esporádica e a título gratuito, da posse direta.

§ 2º Considera-se uniforme, além da indumentária própria, as peças complementares, tais como quepes, coletes, gorros, emblemas, distintivos, insígnias e braçais;

§ 3º A autorização referida no caput somente será concedida aos estabelecimentos previamente cadastrados e certificados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 2º As vestimentas e os acessórios referidos no artigo anterior serão comercializados no varejo apenas aos agentes devidamente identificados, mediante registro obrigatório em livro próprio.

Parágrafo único. No registro deverão constar a data da venda, a quantidade fornecida e o fim a que se destina, como também a especificação da peça vendida, junto ao nome completo e matrícula do comprador e a instituição e órgão aos quais pertence.

Art. 3º O controle e a fiscalização para o devido cumprimento desta Lei serão realizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O não cumprimento das obrigações estabelecidas nos artigos 1º e 2º redundará na imposição de multa ao fornecedor, empresarial ou não, correspondente a 10 (dez) vezes o valor venal do produto oferecido ou fornecido, sem prejuízo às implicações penais e civis.

§ 1º O valor da multa previsto no caput será quintuplicado quando verificada a reiteração de conduta, com a obrigatória cassação do cadastro eventualmente existente a que alude o § 3º do art. 1º desta Lei.

§ 2º Incide na mesma multa o fornecedor de vestimenta ou material que, conquanto não oficial, de qualquer forma faça referência ou leve a crer que seu possuidor exerce alguma das funções referidas no caput do art. 1º, a não ser que reste evidente seu caráter fantasioso ou de entretenimento.

Art. 5º A regulamentação deverá ser feita no prazo de 90 (noventa) dias a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias depois de sua publicação.

Sala das sessões,

Rogério Mendonça  
Deputado

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/09/09*

#### JUSTIFICATIVA

Compete ao Estado garantir a segurança pública aos cidadãos. Estabelece o art. 144 da Constituição Federal que "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio".

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa a normatizar a industrialização e comercialização de uniformes e de qualquer tipo de acessório de uso restrito das polícias civil e militar e demais agentes no Estado de Santa Catarina.

Objetiva-se com o presente projeto obstar a utilização da farda ou de coletes de identificação e de objetos de uso exclusivo por terceiros como meio de facilitação para o cometimento de crimes e outros ilícitos.

Atualmente não há legislação específica a respeito da matéria, podendo qualquer pessoa, em tese, encomendar fardamento da polícia sem a necessidade de comprovar identidade ou finalidade de uso.

É notável o risco que a comercialização indiscriminada dessas vestimentas e acessórios promove à população, aos agentes e às instituições responsáveis pela segurança. Observa-se diariamente nos noticiários o alarmante número de delitos que são cometidos com absurda facilidade pelos falsos policiais e agentes em razão do uso da indumentária exclusiva.

Desta forma, a considerar a pertinência da matéria, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 378/09

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Ribeirão Garganta, de Agrolândia.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Ribeirão Garganta, com sede no município de Agrolândia.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

*Lido no Expediente*

*Sessão de 17/09/09*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Nobres Pares o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Ribeirão Garganta, com sede no município de Agrolândia.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e que visa, dentre seus objetivos, a promoção e o apoio ao desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação, incentivar quais atividades viáveis de serem executadas através do associativismo tenham prioridade em relação à sua execução individual, e cumprir todas as atribuições relacionadas no Manual Operativo do PRAPEM/Microbacias 2, visando ao bem-estar e desenvolvimento das comunidades.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 379/09

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Serra dos Alves, de Agrolândia.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Serra dos Alves, com sede no município de Agrolândia.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Rogério Mendonça

*Lido no Expediente*

*Sessão de 17/09/09*

#### JUSTIFICATIVA

A Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Serra dos Alves, com sede no município de Agrolândia, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das comunidades abrangidas pela sua área de atuação.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 380/09**

Cria o Protocolo de Intenções Anual para o estabelecimento do Calendário Escolar Catarinense.

Art. 1º Fica criado no âmbito do Estado de Santa Catarina o Protocolo de Intenções para o estabelecimento e a unificação do Calendário Escolar Catarinense.

Art. 2º Os órgãos governamentais, as organizações da rede privada e comunitária e da comunidade escolar catarinense reunir-se-ão, anualmente, no mês de outubro, para a definição do Calendário Escolar Catarinense.

Parágrafo único. São os seguintes órgãos de que trata o *caput*:

I - órgãos governamentais: Secretaria do Estado da Educação, Ufsc, Udesc, Ifes, Colegiado dos Secretários Municipais da Educação, Undime, Conselho Estadual de Educação, Fecam, Associação das Câmaras de Vereadores e Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

II - rede de educação privada e comunitária: Acafe e Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino de Santa Catarina;

III - da comunidade escolar: Uce, Ubes, Associação de Pais e Sinte; e

IV - outras entidades representativas que manifestarem interesse em participar.

Art. 3º No Protocolo de Intenções serão definidos a data de início, o recesso de julho e o término do ano letivo, e outras demandas que se vislumbrem necessárias, garantindo a observância da Lei nº 9394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que determina o cumprimento mínimo de duzentos dias letivos e oitocentas horas-aula anuais.

Art. 4º O Protocolo será assinado por todas as entidades participantes que farão atos instrumentalizadores para as suas redes de educação visando ao cumprimento do acordo estabelecido.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 17/09/09*

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta de lei tem a intenção de unificar, nas redes federal, municipal e estadual, pública e privada, o calendário escolar catarinense.

São inúmeras as reclamações de pais, e até mesmo da sociedade civil organizada, diante dos diferentes inícios e termos do ano escolar que causam dificuldade à organização das famílias.

Santa Catarina também tem as suas peculiaridades, sendo um destino turístico; começar o ano letivo no início de fevereiro é prejudicial a essas atividades, afetando a organização das férias das famílias, que se obrigam a interromper seu lazer devido ao precoce início das aulas.

Além dos pais que possuem filhos em diferentes redes de ensino e que têm dificuldades para conciliar as férias de seus filhos, o mesmo acontece com os professores que muitas vezes se veem em recesso numa escola e trabalhando em outra, não usufruindo de fato as necessárias férias a que têm direito.

Entendo que será importante reunir os gestores da educação estadual para pensar de forma coletiva o Calendário Escolar Catarinense, e aposto que a Alesc pode cumprir com sabedoria este papel de ser a intermediadora das discussões.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 381/09**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes nos veículos de transportes coletivos com a frase: "Assédio sexual é crime - Denuncie".

Art. 1º Fica determinado que em todos os veículos de transporte coletivo registrados no Departamento de Transportes e Terminais - Deter, deverão ser afixados e mantidos avisos com a frase: "ASSÉDIO SEXUAL É CRIME - DENUNCIE".

Parágrafo único. Os avisos de que trata o *caput* deste artigo devem ser colocados na parte traseira e ou lateral dos coletivos.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de trinta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 17/09/09*

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por finalidade a informação e o alerta ao cidadão para seus direitos no tocante à Lei Federal nº 10.224, de 15 de maio de 2001 (alterou o Código Penal), que assim define o Assédio: "Constranger alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes de emprego, cargo ou função".

Ao acima enunciado podemos destacar que, no âmbito laboral, não é necessário que haja uma diferença hierárquica entre assediado e assediante, embora seja uma constante neste crime.

É definido pela Organização Internacional do Trabalho o Assédio Sexual como "atos, insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, estes desde que apresentem uma das características a seguir: a) ser uma condição clara para manter o emprego; b) influir nas promoções da carreira do assediado; c) prejudicar o rendimento profissional, humilhar, insultar ou intimidar a vítima".

A fixação de cartazes alertando a população para a necessidade da denúncia visa resguardar os direitos, quer do sexo masculino ou feminino, para que busquem salvaguarda na Lei Federal nº 10.224, de 2001.

Neste sentido, toda forma de divulgação é de suma importância e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares para sua real e efetiva aprovação.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 382/09**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes nos estabelecimentos hospitalares da rede pública, credenciada e ou conveniada, do Sistema Único de Saúde - Sus - no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica estabelecido que todos os estabelecimentos hospitalares da rede pública, credenciada e ou conveniada, do Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado de Santa Catarina, deverão ter afixados e mantidos em suas dependências o seguinte aviso: "FICA CONCEDIDO ÀS PARTURIENTES O DIREITO À PRESENÇA DE UM ACOMPANHANTE DURANTE O TRABALHO DE PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO - Art.19-J da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990."

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 17/09/09*

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta visa alertar a população, em especial as parturientes, sobre os direitos que lhes são conferidos pela Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, alterada pela Lei federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, a qual estabelece que o SUS deve permitir a presença de um acompanhante "durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato".

Assim, solicito a aprovação dos nobres Pares desta proposta.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 383/09**

Concede o título de Cidadã Catarinense a Senhora Maria da Penha Maia Fernandes

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Catarinense a Senhora Maria da Penha Maia Fernandes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 17/09/09*

**JUSTIFICATIVA**

Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica aposentada, nascida no Ceará, conseguiu provar ao mundo o descaso das autoridades brasileiras em relação à violência doméstica contra mulheres. Desde 1983, ela sofre de paralisia irreversível. Maria da Penha foi vítima do seu marido, o economista colombiano naturalizado brasileiro Marco Antônio Heredia Viveiros, que tentou matá-la duas vezes. Na primeira atirou pelas suas costas enquanto ela dormia, deixando-lhe paraplégica. Na seguinte tentou eletrocutá-la durante o banho.

Maria da Penha Maia virou símbolo contra a violência doméstica. Na ocasião, ela tinha 38 anos e três filhas. A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984.

Oito anos depois, Herredia foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão. Hoje está em liberdade.

Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha começou a atuar em movimentos sociais contra violência e impunidade e hoje é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas (APAVV) no Ceará. O projeto, que mais tarde se transformou em lei, foi elaborado por um grupo interministerial a partir de um anteprojeto de organização não-governamentais. O Governo federal enviou o anteprojeto ao Congresso Nacional no dia 25 de novembro de 2004. Lá, ele se transformou no Projeto de Lei de Conversão 37/2006, aprovado e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Lei Maria da Penha aumentou de um para três anos o tempo máximo de prisão - o mínimo foi reduzido de seis meses para três meses. A lei altera o Código Penal e permite que agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada. Também acaba com as penas pecuniárias, aquelas em que o réu é condenado a pagar cestas básicas ou multas. Altera ainda a Lei de Execuções Penais para permitir que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. A lei traz também uma série de medidas para proteger a mulher agredida, que está em situação de agressão ou cuja vida corre riscos. Entre elas, a saída do agressor de casa, a proteção dos filhos e o direito de a mulher reaver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor. A violência psicológica passa a ser caracterizada também como violência doméstica. A mulher poderá também ficar seis meses afastada do trabalho sem perder o emprego se for constatada a necessidade de manutenção de sua integridade física ou psicológica.

O Brasil foi o 18º país da América Latina a contar com uma lei específica para os casos de violência doméstica e familiar a mulher e que fica assim definida: qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. O texto define as formas de violência vividas por mulheres no cotidiano: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

A luta de Maria da Penha contribuiu para a criação da Lei 11.340/06, que coíbe, previne e pune a violência contra a mulher. "Nosso objetivo é homenagear essa guerreira cuja luta por justiça por de mais de duas décadas possibilitou grande visibilidade à violência doméstica". Santa Catarina deve reconhecer esta grandiosa mulher como sua filha, pois graças a sua luta e persistência mulheres catarinenses têm a possibilidade de denunciar e punir exemplarmente os seus agressores, possibilitando a preservação das suas vidas e a de seus filhos.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 384/09

Institui o dia estadual de comemoração a Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual de Comemoração a Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, celebrado anualmente, no dia 07 de Agosto.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 17/09/09

#### JUSTIFICATIVA

O projeto ora apresentado visa instituir o Dia Estadual da Lei Maria da Penha, que cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, sancionada pelo Presidente da República em 07 de agosto de 2006, com a finalidade de mobilizar, promover campanhas de conscientização estadual social e políticas sobre as diversas formas de violência que as mulheres são vítimas.

O dia 07 de agosto foi escolhido por ser o dia que o Presidente da República sancionou a Lei 11.340, que traz mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição

Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil;

A sanção presidencial selou o destino de milhões de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil. A partir da tragédia pessoal de uma cidadã brasileira, vítima de agressões que deixaram marcas permanentes na alma e no corpo, o País enfim vê nascer no ordenamento jurídico nacional a sua mais importante resposta à sociedade internacional sobre os compromissos firmados por tratados e convenções há mais de dez anos para o combate à violência doméstica contra a mulher.

Não por outra razão o presidente "batizou" a nova lei sancionada como "Lei Maria da Penha" - uma homenagem justa e sensível que a todos surpreendeu, comovendo todos os segmentos da sociedade.

Assim, instituir essa importante data no calendário das comemorações a nível Estadual, faz lembrar a nossa sociedade a grande conquista da lei em defesa dos direitos, dos acessos e da vida das mulheres.

Diante do Exporto, contamos com o apoio dos Senhores Parlamentares par a aprovação desta proposição em benefício de todas as mulheres, vítimas de todas as formas de violência, no âmbito do Estado do Ceará.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 385/09

"Proíbe que as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e água façam o corte, por falta de pagamento de contas, do fornecimento residencial de seus serviços após as 16:00 horas das sextas-feiras, aos sábados, domingos e nas datas em que forem suspensos os serviços bancários".

Art. 1º Fica proibido o corte de energia elétrica e água de serviços públicos por falta de pagamento de contas, oriundas do fornecimento residencial de seus serviços após as 16:00 horas das sextas-feiras, aos sábados, domingos e nas datas e horários em que forem suspensos os serviços bancários.

§ 1º Aplica-se o caput acima nos casos de greve bancária.

§ 2º O corte do fornecimento somente poderá ser executado na presença do cliente ou de um consumidor residente no domicílio onde ocorrerá o corte.

Art. 2º No caso de suspensão indevida do fornecimento de energia e água a concessionária prestadora do serviço público de energia elétrica e de fornecimentos de água será multada em, no mínimo 500 (quinhentas) UFIRs - Unidade Fiscal de Referência, ou índice equivalente que venha a substituí-lo, sendo obrigada a executar a re-ligação em, no máximo, 04 (quatro) horas, sem ônus para o consumidor, sob pena de esta multa ser executada pelo Órgão de Defesa do Consumidor, nos termos do Dec. Federal n. 2181 de 20 de março de 1997, e serão as Pessoas Jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados ao Consumidor.

§ 1º A suspensão do fornecimento será considerada indevida quando a fatura em atraso tiver sido paga até 2 (dois) dias anterior ao corte do serviço de energia e/ou água.

§ 2º O consumidor que for vítima da suspensão indevida poderá pleitear judicialmente a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos pelos constrangimentos perante terceiros.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, e;

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de 60 dias após sua promulgação.

Sala das Sessões, em

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 17/09/09

**JUSTIFICATIVA**

O corte de energia elétrica é um instrumento colocado à disposição das concessionárias de energia elétrica, mas que se revelam em muitos casos abusivos, contrários às disposições do Código do Consumidor. Com efeito, no caso de corte de fornecimento de energia elétrica indevida, o consumidor é penalizado com o corte em si, e mais as incidências pecuniárias sobre o débito, juros e multa.

Acrescente o fato do constrangimento causado ao consumidor e danos quando estes prestarem serviços essenciais a coletividade. A presente proposta encontra amparo no Art. 24, Inciso VIII da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência concorrente para legislar sobre responsabilidade por dano:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (...)" (grifo nosso).

Está fulcrado, ainda, nas Leis Federais N.ºs. 8.078/90, 8987/95 e 9.427/96.

Cabe esclarecer que, a Resolução Normativa da ANEEL nº 456, de 30 de novembro de 2000, dispõe que o corte no fornecimento de energia elétrica pode ocorrer após, apenas, quinze dias da comunicação prévia ao consumidor. Isso significa que, se a concessionária fizer a comunicação no dia seguinte ao vencimento da fatura, o corte de energia poderá ocorrer logo após dezesseis dias do vencimento.

Sem contar que a Portaria de número 466/97, e a Resolução 456 da Aneel, afirma ser facultativa a cobrança dos serviços prestados a título de religação e só poderia ser feita em contrapartida de serviço efetivamente prestado pelo concessionário. O mesmo na Portaria n.º 466/97 que afirma ser facultativa a cobrança dos serviços prestados a título de religação e só poderá ser feita em contrapartida de serviço efetivamente prestado pelo concessionário. (art. 85, §1º). Em havendo o pagamento após o corte no fornecimento dos serviços é obrigação da concessionária o pronto restabelecimento do serviço, sem que para isso, se veja o consumidor obrigado a pagar qualquer taxa extra, além daquelas já mencionadas.

Há que se considerar que, na atual situação econômica vivenciada pelos brasileiros, o corte de maneira abrupta e rápida é, sem dúvidas, um castigo, justificando a necessidade de concessão de maior tempo para a regularização da situação.

Ressalte-se, ademais, que a mesma Resolução Normativa, em seu artigo 91, § 2º, diz que, quando constatada a suspensão indevida, a concessionária é obrigada a efetuar a religação no prazo máximo de quatro horas, sem ônus para o consumidor.

Diante disso, surge a necessidade de definir-se a "suspensão indevida", bem como determinar punição a ser imposta à concessionária que descumprir a lei, além de determinar-se uma indenização para prováveis prejuízos que o consumidor terá com a suspensão indevida do fornecimento de energia.

O Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) consagra o princípio da continuidade dos serviços públicos essenciais, sendo que, por força do art. 17 da Lei 9.427/96, a suspensão do fornecimento a consumidor que preste serviço público está subordinado unicamente à comunicação prévia (15 dias de antecedência) ao Poder Público local ou ao Poder Executivo Estadual, a quem caberá adotar as providências administrativas para preservar a população dos efeitos da suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Verifica-se, portanto, que em tal caso, estão protegidos todos os prestadores de serviços públicos, escolas, creches, entidades não-governamentais de prestem serviços de utilidade pública sem fins lucrativos, Poder Público local ou Poder Executivo Estadual.

No entanto, o consumidor "comum" se encontra desprotegido, justificando a presente proposta, considerando ser relevante a adoção de medidas para amenizar os efeitos do corte da prestação dos referidos serviços.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação dos nobres pares, esperando ao final o acolhimento da matéria.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 386/09**

Declara de utilidade pública a Associação dos Proprietários, Possuidores e Interessados em Imóveis nos Municípios de Araquari e da Região Norte/Nordeste de Santa Catarina, Pretendidos para Assentamento Indígena - Aspi, com sede no município de Araquari.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação dos Proprietários, Possuidores e Interessados em Imóveis nos Municípios de Araquari e da Região Norte/Noerdeste de Santa Catarina, Pretendidos para Assentamento Indígena - Aspi, com sede no município de Araquari.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e  
IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente  
Sessão de 17/09/09

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Proprietários, Possuidores e Interessados em Imóveis nos Municípios de Araquari e da Região Norte/Nordeste de Santa Catarina, Pretendidos para Assentamento Indígena - Aspi, com sede no município de Araquari.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter representativo, reivindicatório, educativo, beneficente e de utilidade pública, sem fins lucrativos, que tem por finalidade congregar os proprietários, possuidores e interessados em imóveis que estão em áreas de demarcação de terras indígenas localizadas nos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Região, a fim de promover e lutar pelo interesse do bem comum destes, representando-os judicialmente ou extrajudicialmente, no âmbito municipal, regional, estadual e nacional, relacionados à comunidade ou de seu interesse.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 387/09**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Palmital, com sede no município de Garuva.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Comunitária Palmital, com sede no município de Garuva.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Nilson Gonçalves

*Lido no Expediente*

*Sessão de 17/09/09*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação Comunitária Palmital, com sede no município de Garuva.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, de caráter recreativo, social e cultural, que tem por finalidade a elaboração e engajamento em campanhas sociais no âmbito municipal, regional, estadual e nacional, promovendo a cultura, as diversões lícitas, os esportes saudáveis, encontros de formação, integração social e moral de crianças, jovens, adultos e idosos, bem como angariar recursos financeiros para a concretização e manutenção dos objetivos da entidade por meio de campanhas, doações, mensalidades de associados e outros que coincidam com os propósitos da Associação. A entidade tem como objetivo, ainda, coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação locais, regionais e nacional, informações de cunho político, social e econômico, científico, cultural, artístico e desportivo, relacionados à comunidade ou de seu interesse.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 388/09

Declara de utilidade pública a Casa Geriátrica de Repouso de Brusque, de Brusque.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Casa Geriátrica de Repouso de Brusque, com sede no município de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Serafim Venzon

*Lido no Expediente*

*Sessão de 17/09/09*

#### JUSTIFICATIVA

A Casa Geriátrica de Repouso de Brusque, com sede no município de Brusque, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma entidade, sem fins lucrativos, que tem por objetivo atender a pacientes de faixa etária não determinada, visando obter e manter condições de reabilitação e promoção de uma vida normal.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 016/09

Institui o Espaço do Empreendedor no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Espaço do Empreendedor no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, destinado a apoiar o Programa do Empreendedor Individual, que tem por finalidade a formalização do trabalho informal.

Parágrafo único. O Espaço do Empreendedor fica vinculado à Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O Espaço do Empreendedor tem como objetivos:

I - propiciar as pessoas que trabalham por conta própria que se legalizem como Empreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008;

II - fornecer toda a orientação necessária, bem como todas as informações e esclarecimentos para que o trabalhador informal possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado;

III - disponibilizar o acesso gratuito a internet para que os interessados possam realizar suas adesões ao programa;

IV - recolher os documentos necessários à inscrição dos interessados e repassá-las aos órgãos competentes;

V - manter contato permanente com as demais instituições parceiras visando à integração e a fidelização das informações prestadas.

Art. 3º - A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, assegurará ao Espaço do Empreendedor apoio logístico, técnico e administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução, correrão à conta de dotação orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*

*Sessão de 17/09/09*

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o condão de promover a disseminação do Programa do Empreendedor Individual, propiciando o acesso à informação e a possibilidade de efetivação de seus objetivos, através da criação de um espaço próprio criado na sede deste Poder para atender esta finalidade, uma vez que nosso Estado já está operando para cadastramento dos interessados.

A Lei Complementar Federal nº 128 de 19 de dezembro de 2008, criou condições especiais para que o trabalhador possa se tornar em Empreendedor Individual legalizado, tendo vantagens como o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e emissão de notas fiscais.

Além disso, o Empreendedor Individual será enquadrado no Simples Nacional e ficará isento dos impostos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL).

Pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 52,15 (comércio ou indústria) ou R\$ 56,15 (prestação de serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com o salário mínimo.

Com essas contribuições, o Empreendedor Individual terá acesso a benefícios como o auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

O Espaço Empreendedor, a ser instalado nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, cumprirá uma missão relevante na prestação das informações necessárias, bem como na colaboração para que os interessados possam prover sua inscrição ao Programa, disponibilizando toda a infra-estrutura logística cabível, tais como, apoio técnico e administrativo e conectividade gratuita à internet, bem como, capacitando os servidores para desempenharem esta tarefa.

Em Santa Catarina, são mais de 240 mil trabalhadores que poderão ingressar no EI e tornarem-se "empresários individuais", inseridos nas 170 atividades listadas na referida LC 128/08, e este Parlamento participará ativamente na operacionalização deste processo.

\*\*\* X X X \*\*\*